

Oposição quer mudanças no projeto para garantir respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal

Parceria pode abrir caminho para obras em todo o país



JUCA VARELLA / FOLHA IMAGEM

As parcerias público-privadas são a aposta do governo com vistas a atrair investimentos para setores carentes de recursos, como infra-estrutura, segurança, habitação e saneamento. Documento preparado pelo Ministério do Planejamento traz uma lista de obras que poderão ser construídas em parceria com o setor privado. Entre elas estão rodovias, ferrovias, sistemas de irrigação e portos nas cinco regiões brasileiras. Acordo político costurado com a oposição definiu o cronograma de tramitação do projeto das PPPs. Os senadores aprovaram a realização de audiências públicas na Comissão de Assuntos Econômicos, entre o primeiro e o segundo turno das eleições municipais, para aprofundar a discussão da proposta. A votação da matéria no Plenário do Senado deverá ocorrer ainda neste semestre.

A construção de rodovias nas diversas regiões deverá ser contemplada nas parcerias público-privadas

PÁGINAS 5 E 6

Negociação concilia interesses em conflito na Lei de Informática

O diálogo ajudou a aprovar a Lei de Informática, na qual estão em jogo interesses regionais. Os benefícios para o setor foram prorrogados até 2019.

PÁGINA 7

Audiência expõe pontos de divergência na criação da Ancinav

PÁGINA 4

Sem acordo, biossegurança volta à pauta em outubro

Excluída a clonagem terapêutica, proposta avança em comissões do Senado e chega ao Plenário. Mas divergências adiam votação para outubro.

PÁGINA 3

— cidadania



SEAB/PARANÁ

Brasil é, no mundo, o terceiro maior consumidor de pesticidas usados no combate às pragas na lavoura

Agrotóxicos: o veneno de todo dia

Os efeitos dos agrotóxicos aparecem ao longo do tempo e podem ser fatais. Conheça informações úteis para agricultores e consumidores.

PÁGINA 16



CÉLIO AZEVEDO

SIM E NÃO

Maguito e Pavan respondem: o voto deve ser facultativo?

PÁGINA 13

JUROS

Mercadante e Alvaro Dias analisam a alta da taxa básica de juros.

PÁGINA 10

FUMO

Convenção sobre tabaco está na pauta da Comissão de Relações Exteriores.

PÁGINA 9

MEDIDA PROVISÓRIA

Proposta de Papaléo acaba com a faculdade de o Executivo legislar.

PÁGINA 11

e mais...

AGENDA Página 2

PERGUNTE AO SENADOR Página 12

VOZ DO LEITOR Página 12

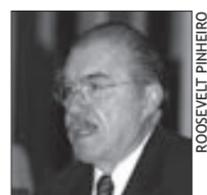
FRASES Página 12

CONHEÇA O SENADO Página 15

CPI DO BANESTADO

Sarney quer "investigação profunda" das denúncias de vazamento de documentos.

PÁGINA 2



ROOSEVELT PINHEIRO

MULHERES

Serys Shlessarenko pretende acabar com dispositivos discriminatórios do Código Penal.

PÁGINA 8



CÉLIO AZEVEDO

Presidência

Congresso vai investigar vazamentos

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou sexta-feira (17) que vai propor ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, a convocação das Mesas das duas Casas do Parlamento e de todas as lideranças para deliberar sobre a melhor forma de se realizar uma “investigação profunda” das denúncias de vazamento de informações sigilosas da CPI do Banestado. Segundo José Sarney, se confirmado, esse será “um dos fatos mais graves ocorridos ultimamente no Parlamento brasileiro”.

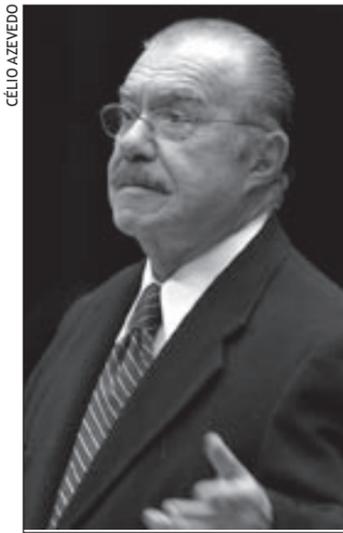
Sarney acredita que não será necessário criar mecanismo especial para fazer a apuração, bastando utilizar os “instrumentos de correção que existem na Casa”.

– O nosso Regimento pune como falta de decoro e tem penas severas contra aqueles que violam o sigilo dos documentos

que lhes são entregues e que eles não podem divulgar. Vou convocar a Mesa na próxima semana, ou logo que seja possível, para tomar uma providência efetiva e realmente dura contra isso – afirmou.

José Sarney esclareceu que o objetivo não é encerrar a CPI do Banestado, e sim “procurar saber como ocorreu esse vazamento e para que ele está sendo utilizado”. O presidente confirmou que, se ficar comprovado o envolvimento de parlamentar, o caso será submetido ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Quanto às declarações do presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), denunciando que informações da comissão teriam sido utilizadas para influenciar o resultado das eleições na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Sarney disse: “Não sei se isso é verdade, mas vamos



Sarney: se houve divulgação de sigilos, o assunto será remetido ao Conselho de Ética

fazer uma investigação profunda a esse respeito”.

Conselho Federal de Jornalismo em questão

Para o senador, a proposta do governo de criar o Conselho Federal de Jornalismo “não foi um momento de felicidade” e não teria “nenhuma” chance de prosperar.

– É uma tentativa, que ocorre ciclicamente, de se tentar exercer algum controle sobre os mecanismos da imprensa.

Casas retomam ritmo em outubro

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou quinta-feira (16) que o Congresso volta ao seu ritmo normal de trabalho a partir do mês de outubro. A decisão foi tomada em acordo com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, com quem o senador encontrou-se pela manhã, durante reunião em que empresários varejistas apresentaram sugestões para a reforma trabalhista e sindical.

– No mês de outubro não teremos mais esforço concentrado. Vamos voltar à normalidade dos nossos trabalhos assim que terminar o primeiro turno das eleições.

Temos uma longa pauta e vamos fazer um bom trabalho até o fim do ano – afirmou Sarney. Segundo ele, “o Congresso atrasou-se um pouco por causa das eleições, e temos que recuperar esse tempo perdido”.

Indagado sobre a dificuldade de deliberar sobre a pauta diante do grande número de medidas provisórias enviadas pelo Executivo, o presidente do Senado lembrou que têm sido feitos reiterados apelos ao governo para que diminua o ritmo de edição de medidas provisórias. A reunião com os empresários aconteceu no gabinete do presidente da Câmara dos Deputados.

Curtas



Embaixador americano visita Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu sexta-feira (17) a visita do novo embaixador dos Estados Unidos, John Danilovich, que fez uma avaliação positiva das relações bilaterais e da situação econômica do Brasil. Segundo o embaixador, o relacionamento entre os dois países tende a crescer, e a visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará a Nova York nos próximos dias deverá acelerar este processo.

Cláudio Vaz discute economia

A Presidência do Senado também recebeu a visita do presidente eleito do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Cláudio Vaz, que toma posse no próximo dia 27. Vaz disse que aproveitou para conversar com Sarney, “um dos líderes mais importantes do país”, sobre o momento econômico favorável e as perspectivas de realização das reformas sindical e trabalhista.

Projeto faz perfil da juventude

O documento final do Projeto Juventude foi recebido por José Sarney. O projeto é do Instituto Cidadania que realizou uma pesquisa em todo o país para levantar um perfil do jovem brasileiro de hoje. O diretor do instituto, Pedro Paulo Martoni Branco, disse que o projeto surgiu de uma idéia do presidente Luiz Inácio da Silva, fundador da entidade.

Médica apóia proibição do fumo

A doutora Nise Yamaguchi, presidente da Conferência Latino-Americana de Câncer de Pulmão e da Sociedade Paulista de Oncologia Clínica, apresentou ao Senado a posição dessas entidades a favor da ratificação de convenção da Organização Mundial de Saúde (OMS) que propõe normas para diminuir o uso do tabaco, em exame na Casa. O assunto é tema de matéria nesta edição.

Mata-mosquito quer reintegração

José Sarney também recebeu comissão de representantes de 5.745 “mata-mosquitos” demitidos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 1999. Eles foram reintegrados provisoriamente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cumprimento de promessa de campanha, e agora pleiteiam a admissão definitiva.

dandagendaagenda

Plenário

As sessões desta semana serão não deliberativas, ou seja, sem a votação de propostas. Elas se destinam aos discursos dos senadores e aos comunicados da Mesa. De segunda a quinta, o Plenário inicia os trabalhos às 14h30. Na sexta, a sessão começa às 9h. Em função das campanhas eleitorais, as votações serão retomadas a partir do dia 5 de outubro, após o primeiro turno das eleições, quando o Congresso analisa os destaques apresentados à reforma do Judiciário e a Lei de Biossegurança.

TERÇA-FEIRA - 14h30: Homenagem a JK - A hora do expediente da sessão vai lembrar a passagem dos 102 anos do aniversário de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek. A iniciativa da homenagem é do senador Paulo Octávio (PFL-DF).



Pauta completa disponível na Internet

A partir desta segunda-feira (20), o Senado passa a oferecer na Internet a pauta completa do Plenário. É a Ordem do Dia Eletrônica, que faz parte do Projeto Modernização do Plenário, implementado pela Secretaria-Geral da Mesa e pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen). Com ela, todos os projetos que estiverem em pauta poderão ser consultados na íntegra, inclusive os pareceres e a tramitação.

Atualmente, o impresso com a ordem do dia é distribuído aos senadores diariamente. Somente na parte que diz respeito ao Senado, o documento tem cerca de 70 páginas. Somado aos textos dos projetos de lei e respectivos pareceres, que são anexados, o volume de papéis pode ultrapassar 500 páginas.

– A intenção é economizar, substituindo o papel por versões eletrônicas dos documentos – afirma o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, avi-



Raimundo Carreiro explica a Ordem do Dia Eletrônica

sando que, no primeiro mês de implantação do projeto, serão recebidas críticas e sugestões por meio do endereço eletrônico OrdemDoDia@senado.gov.br para que ajustes sejam feitos. Para acessar a Ordem do Dia Eletrônica, basta clicar www.senado.gov.br, ir até a área “Atividade Legislativa” e, então, clicar em “Plenário”. O link direto é: <http://www2.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/>.

Jornalistas discutiram futuro do Parlamento

Com o objetivo de analisar a história e as perspectivas do Poder Legislativo e sua articulação com as demais instituições, o 1º Ciclo de Palestras “O Parlamento brasileiro: passado, presente e futuro”, reuniu durante a última semana cerca de 280 pessoas em Brasília e 670 no restante do país, entre jornalistas e estudantes.

Foram discutidos temas como as origens do Parlamento, o processo legislativo, e a importância dos veículos de comunicação da Casa. O evento contou com a participação dos presidentes das duas Casas. O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, destacou a importância da aproximação entre o Poder Legislativo e a imprensa, ao abrir o quarto dia do ciclo. João Paulo tratou ainda da reforma

política, que está sendo discutida no Congresso, dizendo que a adoção do financiamento público para as campanhas eleitorais estabeleceria uma barreira à corrupção.

O assunto também foi discutido pelo presidente do Senado, José Sarney, que encerrou o evento. Sarney defendeu a realização da reforma política e a adoção do voto distrital misto: “Vamos ter que reunir os partidos para enfrentar este tema com determinação”, disse, prevendo que o assunto será debatido no Congresso a partir do ano que vem.

– Atualmente, a classe política é incapaz de dar resposta aos problemas do país e só uma reforma política profunda, com o voto distrital misto, pode fazer avançar a democracia no Brasil – assinalou.

BIOSSEGURANÇA

Polêmica transfere a votação para outubro

Depois de uma semana de intensos debates, o projeto que institui no país a Lei de Biossegurança teve a votação adiada para outubro. A proposta (PLC 9/04) já chegou ao Plenário, após ter a tramitação acelerada durante a semana, como resultado de um acordo de líderes. Mas a dificuldade de entendimento em torno do texto levou ao adiamento da votação final, que deverá ficar para o próximo esforço concentrado, previsto para os dias 5 a 7 de outubro.

Durante a semana, líderes governistas intensificaram a negociação com opositores e com parlamentares da base aliada contrários a pontos da Lei de Biossegurança. Um acordo fechado na quarta-feira (15) permitiu que o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) – foto abaixo – ao projeto fosse apreciado em reunião conjunta das três comissões em que ele tramitava (Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania). Isso possibilitou que a matéria fosse enviada ao Plenário.



Soja transgênica: a permissão para plantio e cultivo de organismos geneticamente modificados é um dos pontos polêmicos do projeto

A expectativa dos líderes era que o projeto fosse votado na quinta-feira, o que não chegou a acontecer, pois a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), com apoio de diversos parlamentares, comandou uma manobra regimental para verificação de quórum, o que levou o próprio relator, Ney Suassuna, a pedir a retirada do projeto da pauta, diante da falta de entendimento.

– Isso mostra que não há consenso sobre uma matéria tão complexa – disse Heloísa Helena, que teve o apoio dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Simon (PMDB-RS), Flávio Arns (PT-PR), Paulo Octávio (PFL-DF), Papaléo Paes (PMDB-AP), Demostenes

Torres (PFL-GO) e José Jorge (PFL-PE).

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), reconheceu a impossibilidade de manter o acordo e informou que a matéria será votada com “prioridade absoluta” no próximo esforço concentrado. Mesmo assim, Mercadante manteve a confiança de que o projeto da Lei de Biossegurança deverá ser aprovado por ampla maioria em outubro.

Alvaro e Osmar Dias criticam o substitutivo

Para o senador Alvaro Dias, a retirada de pauta mostra que o projeto ainda encontra resistências na Casa. “O texto final do substitutivo ficou ruim e não havia garantia de que a decisão do Senado seria mantida na Câmara”, disse, após a sessão. A crítica ao substitutivo foi endossada pelo senador Osmar Dias (PDT-PR). Para ele, as sucessivas mudanças no projeto imprimiram “um retrocesso tão grande quanto o provocado pelo projeto do deputado Renildo Calheiros aprovado pela Câmara”.

Agronegócio corre risco, advertem os defensores

O senador Aelton Freitas (PL-MG) prevê possíveis entraves ao crescimento do agronegócio e à garantia de preservação dos recursos naturais como decorrência da falta de regulamentação do uso de transgênicos. Ele fez um apelo em favor da aprovação da Lei de Biossegurança, para evitar a edição de uma medida provisória (MP) autorizando o plantio e comercialização de soja transgênica, como ocorreu nos últimos dois anos.

“O Brasil já perdeu tempo e dinheiro, e desperdiçou conhecimento científico devido à ausência de normas legais adequadas às pesquisas, produção e comercialização de produtos transgênicos”, afirmou.

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) é favorável à edição

de uma MP, pois, segundo ele, a nova Lei de Biossegurança dificilmente será aprovada a tempo. “O governo, que usa medidas provisórias para assuntos não urgentes, desta vez terá motivos para justificar a urgência, pois o plantio começa em menos de um mês.”

Ausência de normas legais é apontada como empecilho à pesquisa

O senador Osmar Dias (PDT-PR) também defendeu a aprovação de uma Lei de Biossegurança que favoreça o plantio de transgênicos.

Para ele, há “muita irresponsabilidade” na discussão dos produtos transgênicos no país. “As pessoas estão falando sem conhecimento suficiente”, observou.

Osmar Dias defendeu o substitutivo que apresentou ao projeto na Comissão de Educação, afirmando que vêm sendo divulgadas informações erradas sobre seu conteúdo.

Heloísa rejeita decisão "a toque de caixa"

A aprovação da nova Lei de Biossegurança pelo Congresso Nacional tem apenas um objetivo para o governo: garantir a plena utilização dos produtos transgênicos no país, com destaque para a soja. Essa é a opinião da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), em discurso no Plenário na sexta-feira. Para a senadora, a biossegurança é um tema complexo e, portanto, deveria merecer amplo debate. Por isso, acha que o projeto não pode ser aprovado “a toque de caixa”, como deseja o governo.

– Para que o debate seja feito com a alta complexidade que o tema exige, por envolver

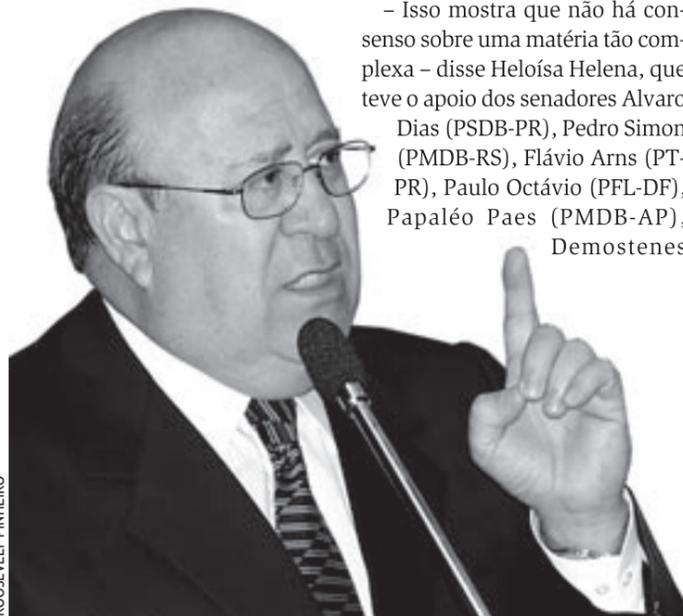
diretamente tantos conceitos, é importante que ele ocorra especialmente no Plenário, independentemente de comissão – disse.

Heloísa chegou a defender a separação dos assuntos, ou seja,

a aprovação de um projeto específico para produtos transgênicos e outro para células-tronco, tema que poderia integrar, conforme propôs, um projeto relacionado exclusivamente à reprodução assistida.

O senador Paulo Paim (PT-RS) concordou com a opinião de que o projeto da biossegurança é complexo e “não deve ser votado da noite para o dia”.

"Transgênicos e células-tronco devem ser tratados em projetos separados"



ROSEVELT PINHEIRO



Fora do substitutivo, clonagem terapêutica será tratada em projeto à parte

A negociação para a rápida aprovação do projeto da Lei de Biossegurança provocou importante mudança no substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O projeto aprovado em três comissões do Senado na semana passada contempla a pesquisa, plantio e comercialização de produtos transgênicos, bem como a pesquisa e uso de embriões humanos para a obtenção de células-tronco, mas deixou de fora a chamada “clonagem terapêutica”.

Na prática, isso significa que os pesquisadores só poderão usar, em pesquisas com

células-tronco, os embriões existentes no momento da sanção da lei, congelados há mais de três anos em bancos de fertilização. Fica proibida a criação de novos embriões, em laboratório, para a retirada de células-tronco.

A modificação no texto foi fechada após reunião entre senadores e representantes da comunidade científica. Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e uma das articuladoras do acordo, o substitutivo de Suassuna não

estabelece mecanismos necessários para impedir que a clonagem terapêutica tenha seus objetivos desvirtuados.

Segundo a senadora, a avaliação foi de que procedia a preocupação dos parlamentares ligados à Igreja, que “se sentiam inseguros em liberar a clonagem sem instrumentos que pudessem coibir o mau uso pelos inescrupulosos”.

Lúcia Vânia informou que os senadores presentes ao encontro com os cientistas – além dela e de Suassuna participaram Tasso Je-

reissati (PSDB-CE), Tião Viana (PT-AC), Flávio Arns (PT-PR) e Magno Malta (PL-ES) – entenderam que a decisão não implica retrocesso nas pesquisas científicas, “até porque não é uma técnica totalmente desenvolvida”. A Inglaterra, segundo a senadora, foi o primeiro país a regulamentar a clonagem terapêutica. Ela esclareceu ainda que a iniciativa de um projeto de lei específico para clonagem terapêutica precisa ser do Executivo. Tião Viana, falando em nome do governo, comprometeu-se a encaminhar o assunto.

ANCINAV Audiência na Comissão de Educação expõe com clareza pontos de divergência quanto à proposta do governo

Um debate franco sobre a agência de audiovisual

Por iniciativa do presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), o Senado inaugurou os debates públicos no Congresso sobre a proposta de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Pela primeira vez desde que o anteprojeto do Ministério da Cultura (MinC) foi divulgado, o ministro Gilberto Gil, representantes de realizadores, distribuidores, emissoras de TV e exibidores sentaram-se lado a lado para debater o assunto.

Como resultado, em vez de críticas genéricas de que a proposta seria autoritária ou inibidora da atividade econômica, as divergências foram expressas com clareza, tanto por artistas como por representantes empresariais. Assim, as partes da proposta que podem ser alvo de altera-

ções – até mesmo em forma de substitutivo, como adiantaram alguns senadores – apareceram com mais clareza.

Enquanto cineastas pedem garantias de que não haverá interferência sobre a criação artística, os representantes de distribuidores e exibidores pedem que as novas exigências não inviabilizem a exploração econômica do setor. Esse é o caso, por exemplo, das propostas de taxação sobre as receitas do setor.

Gil insistiu que a convergência tecnológica, que transformou até telefones celulares em meios de comunicação de massa, fez com que os marcos legais do setor no Brasil ficassem obsoletos. Daí a necessidade de substituição da Agência Nacional de Cinema (Ancine), criada por medida provisória (MP) em 2001, pela Ancinav.

Ele justificou ainda a intenção

de dar um tratamento estratégico ao setor audiovisual, como setor econômico, já identificado em outros países (veja matéria). Dessa forma, avaliou Gil, o Brasil passará a ter condições de exportar produtos audiovisuais.

– Minhas discordâncias expus em artigo, e o ministro Gil mandou que fossem retirados alguns artigos criticados. Portanto, está na hora de parar de jogar conversa fora e trabalhar – afirmou o cineasta Cacá Diegues.

Condecine deve receber emendas no Senado

Na reunião da CE, o ministro Gilberto Gil ouviu das emissoras de radiodifusão e dos exibidores reclamações sobre a ampliação da base de incidência da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica e Audiovisual Brasileira (Condecine), que teria, por exemplo, 10% do valor do ingresso nas salas de cinema e 4% do faturamento de rádios e TVs. Esses pontos devem ser alvo de emendas, pois já há projetos no Senado com o mesmo objetivo (veja matéria).



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Gil (ao lado de Osmar Dias) ouve críticas sobre pontos específicos da regulamentação da atividade e da criação da agência

O MinC garante que a política

proposta para a área audiovisual “não implica perda de posição dos agentes econômicos que já atuam no setor”. Mas, ciente das resistências, o ministério já demonstra que deseja levar a discussão a uma “convergência” e não a um “consenso”.



Osmar cobra definição prévia da lei das agências

Na audiência pública sobre o anteprojeto que cria a Ancinav, o presidente da Comissão de Educação, Osmar Dias (PDT-PR), ponderou que a proposta só deveria ser apresentada depois de aprovado o projeto de lei que estabelece as regras de funcionamento das agências reguladoras, em tramitação na Câmara. A proposta de criação da nova agência leva em conta o modelo de regulação apresentado pelo governo ao Congresso, mas Osmar Dias alerta que o projeto pode ser mudado substancialmente até a sua transformação em lei.

O presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Alexandre Annenberg, sugeriu que a criação da Ancinav deveria aguardar a aprovação de uma lei geral da comunicação social para o Brasil. Nesse sentido, a exposição de motivos do Ministério da Cultura que acompanha o anteprojeto não descarta “a eventual necessidade de uma emenda constitucional que reveja o conceito de comunicação social e o estenda para toda atividade cinematográfica e audiovisual, refletindo a importância que a revolução digital imprimirá à produção e distribuição de

conteúdos na determinação da identidade de países e povos”.

A essas sugestões somam-se propostas em tramitação no Senado que tratam de dispositivos que integram o anteprojeto de criação da Ancinav, que foram frutos de audiências públicas de subcomissões da Comissão de Educação. Uma delas, de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), estabelece em 2% sobre a receita bruta a contribuição de emissoras de TV a ser investida na produção de filmes e na compra de direitos de exibição de obras de produção independente. Já a proposta de criação da Ancinav sugere que essa taxa seja de 4%. Aprovado em caráter terminativo na Comissão de Educação, projeto do senador João Capiberibe (PSB-AP) regulamenta a cobrança de direitos autorais sobre a exibição de obras audiovisuais, assunto que também consta do anteprojeto do MinC.

As subcomissões da CE realizaram, desde 1999, dezenas de audiências sobre a área audiovisual, tratando de temas como interação entre televisão e cinema, violência na televisão e implantação da TV digital. Entre os debates, três reuniões discutiram a medida provisória que criou a Agência Nacional de Cinema (Ancine), cuja comissão especial até hoje aguarda instalação. Ou seja, os senadores da Comissão de Educação já vêm se preparando para essa discussão.

Ação do Estado é tendência mundial

O debate sobre a criação da Ancinav faz parte de um movimento mundial de discussão de medidas legislativas capazes de assegurar a preservação das identidades nacionais e da diversidade cultural no processo de globalização. Para produtos da chamada indústria cultural, as nações identificaram a necessidade de garantir mecanismos de regulação do Estado a fim de impedir que a abertura exagerada do mercado leve a uma invasão de produtos de economias maiores e mais atualizadas tecnologicamente.

“O Estado vem retomando em todo o mundo o seu papel de agente insubstituível do desenvolvimento cultural”, afirmou o cineasta Geraldo Moraes, presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, na audiência pública da Comissão de Educação que discutiu a criação da Ancinav na semana passada.

Esse debate teve seus primeiros momentos na Europa do pós-guerra, que reagiu à disseminação durante a 2ª Guerra Mundial de conteúdos manipulados pelos meios de comunicação de massa sem controle público. Para isso, mecanismos que garantissem



CÉLIO AZEVEDO

Mesmo a favor da criação da Ancinav, Cacá Diegues faz críticas ao projeto do governo

a igualdade de acesso e o pluralismo de opiniões levaram ao nascimento de redes públicas de radiodifusão, como no caso do canal BBC, da Inglaterra.

Uma das características do modelo público é o fato de haver conselhos independentes em sua base, formados por representantes de setores profissionais e da sociedade civil. Apesar das pressões para exploração comercial do setor, na década passada, a União Européia baixou diretrizes para a radiodifusão, mantendo o controle público nas concessões de serviços, na fiscalização de conteúdo, em limites à publicidade e na garantia à identidade cultural, entre outros.

Em anos recentes, diversos outros países, como a Coreia

do Sul, adotaram sistemas de cotas, que obrigam as salas de cinema a exibirem produções locais em percentual fixo de dias ou horas. O Canadá, como informou o ministro Gilberto Gil durante a audiência pública, tem um canal de televisão por assinatura com conteúdo local para cada canal com conteúdo estrangeiro. A Austrália determina que 55% do conteúdo das emissoras de televisão aberta devem ser produzidos no próprio país. Este ano, o governo espanhol adotou medidas semelhantes de proteção ao seu mercado.

Além das cotas, existe a taxação sobre o faturamento das emissoras e empresas de televisão a cabo ou sobre os ingressos nos cinemas, como na França, Argentina e Portugal. Nesses casos, conselhos são responsáveis pelo reinvestimento dos recursos recolhidos na forma de subsídios para incentivar a produção na área audiovisual. É assim que esses países buscam o equilíbrio entre a preservação da identidade cultural e as ações de mercado.

“Não conheço ninguém que discorde da criação da Ancinav”, afirmou o cineasta Cacá Diegues, que mantém críticas ao projeto do governo.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS Liderança do governo admite não ser possível decidir agora sobre polêmico projeto



As PPPs são consideradas a principal aposta do governo para atrair novos investimentos para setores como infra-estrutura, segurança, habitação e saneamento

PPPs só serão votadas após as eleições

Um acordo político costurado entre oposição e governo definiu o cronograma de tramitação do projeto das parcerias público-privadas (PPPs). O acordo saiu após os senadores terem aprovado dois requerimentos com pedidos de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para aprofundar a discussão do projeto. Com isso, a votação da matéria (PLC 10/04) no Plenário deverá ficar para o fim do ano.

Ficou acertado que as novas audiências serão feitas entre o primeiro e segundo turno das eleições municipais. Após as eleições, o projeto será analisado na CAE e na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), indo posteriormente ao Plenário.

A audiência da CAE vai ouvir o diretor-executivo da organização não-governamental Transparência Brasil, Cláudio Abramo; o economista Raul Veloso; o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), João Cláudio Robusti; além de um representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

As negociações em torno da tramitação do projeto foram acompanhadas pelos ministros do Planejamento, Guido Mantega, e da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que se reuniram com os

senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), José Agripino (PFL-RN) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator do projeto da CCJ. Jereissati é o principal crítico da oposição ao projeto das PPPs.

– Não vejo como votar o projeto agora, mas podemos avançar nas discussões – reconheceu Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, que também participou da definição do calendário das PPPs. Ele enfatizou que o governo está aberto para construir novo acordo que contemple as sugges-

tões da oposição, mencionando especificamente a proposta de Jereissati sobre dispositivos que resguardem o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Audiências serão realizadas entre o primeiro e o segundo turno das eleições

Apontado por seus defensores como a grande esperança do país para alavancar o seu desenvolvimento nos próximos anos, e criticado de outro lado por representar “riscos de corrupção e de endividamento público”, o projeto das parcerias público-privadas se transformou no principal embate político entre

governo e oposição neste segundo semestre, frustrando as expectativas do Palácio do Planalto de vê-lo aprovado durante o esforço concentrado.

O projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, chegou ao Senado em março e foi rapidamente aprovado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Entre maio e julho, várias reuniões foram realizadas na CAE para discutir e votar o relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que já está no terceiro substitutivo, buscando um texto que contemple a vontade da maioria, principalmente nos pontos onde ainda não houve acordo (veja o quadro nesta página).

Para entender os pontos da discórdia na proposta

Um maior equilíbrio nas relações entre os parceiros público e privado e medidas para evitar o aumento da dívida pública têm sido reivindicados por diversos senadores na discussão do projeto na CAE. Na visão dos que querem mudanças na proposta já aprovada pela Câmara, estão sendo oferecidas garantias em excesso aos sócios privados, o que pode contrariar o interesse público. Veja os principais pontos polêmicos:



MERCADANTE



VALDIR RAUPP

Fórmula de escolha dos parceiros privados

O líder Aloizio Mercadante (PT-SP) já manifestou a discordância do governo com a proposta de apenas duas rodadas de leilão, para a escolha do ganhador, como previa o relatório original de Valdir Raupp (PMDB-RO). Isso, alega o líder, favorece a cartelização. O governo quer licitação com apresentação de propostas em envelopes fechados.

Limite anual

A oposição e parte da bancada governista querem estabelecer um limite máximo de gastos anuais em contratos por essa modalidade, para evitar danos à Lei de Responsabilidade Fiscal. Mercadante admite fixar um teto para o comprometimento da receita líquida, válido para as três esferas do governo (União, estados e municípios).



Impacto sobre a dívida pública

O governo não aceita que as despesas decorrentes dos contratos de PPP sejam computadas como dívida pública, o que para ele praticamente inviabilizaria o fechamento de contratos, já que o nível de endividamento das administrações federal, estaduais e municipais está, em geral, próxima do limite. A oposição, por sua vez, não admite a fórmula proposta (de contabilizar os gastos como “despesa corrente”), pois teme que os futuros governantes herdem pesados encargos que inviabilizem suas administrações.

Compartilhamento de perdas no contrato

Raupp propõe que as perdas decorrentes de aumento de risco do projeto sejam compartilhadas pelo poder público. A maioria dos senadores, como Roberto Saturnino (PT-RJ) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), critica a postura, pois acha que os sócios privados devem assumir os riscos, como em qualquer empreendimento capitalista.



TASSO JEREISSATI

Ação do BNDES e dos fundos de pensão

A oposição é contrária à participação do BNDES e dos fundos no financiamento das obras, como quer o governo. Mercadante lembra que os recursos do BNDES foram utilizados pelo PSDB nas privatizações da década de 90, enquanto os fundos fazem investimentos a longo prazo.

Indenização ao sócio privado

O relatório estipula que os investimentos de PPPs sejam incorporados ao patrimônio público somente mediante indenização. A proposta também é criticada por vários senadores, como o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), para quem isso faria com que o governo, na prática, tivesse que pagar duas vezes pelo mesmo investimento, uma vez que, ao longo do contrato, o poder público também contribui com repasses de dinheiro.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Opiniões

"A única forma de superar esse estrangulamento [no desenvolvimento do país] é por meio das parcerias público-privadas, instrumento poderoso para investir, gerar empregos e sustentar o crescimento vigoroso que aí está. O Estado, sozinho, não tem como dar conta da infra-estrutura, e o setor privado não fará esses investimentos sem a PPP."

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo

"Da forma como se encontra, esse projeto agride a Lei de Responsabilidade Fiscal, endivida estados, fere o princípio federativo e desmoraliza a Lei de Licitações. Hoje, as parcerias público-privadas não estão próprias nem adequadas para serem votadas. Serão examinadas quando servirem ao país e não ao interesse imediatista do governo."

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB

"Se a PPP sair, ela terá que obedecer a um padrão ético aceitável. Não podemos jogar a probidade do país na lata do lixo. O projeto foi idealizado para viabilizar obras que não tenham tanta justificativa econômica ou garantia de lucro. Por isso, a necessidade de condições especiais e também de cuidados especiais para evitar problemas."

José Agripino (RN), líder do PFL

"O texto das parcerias público-privadas é profundamente prejudicial ao país. Não pode nem deve, sob o ponto de vista moral e sob o ponto de vista fiscal, ser aprovado."

Tasso Jereissati (PSDB-CE)

"Nos preocupa no projeto das PPPs o excessivo aumento do poder do Executivo, a longa duração dos contratos (30 anos), as excessivas garantias oferecidas pelo Estado aos parceiros privados e o incremento do risco de corrupção."

Eduardo Suplicy (PT-SP)

"Se ele fica mais a favor do governo, não atrai os investidores. Se fica mais a favor da iniciativa privada, o povo sai perdendo, e isso não pode acontecer. Então, precisamos discutir com muito cuidado para aprovarmos o melhor projeto para o Brasil."

Ney Suassuna (PMDB-PB), vice-líder do governo

"As PPPs não podem ser vistas como uma varinha de condão para solucionar as graves deficiências na infra-estrutura do país. É uma matéria relevante, sim, mas não tem a dramática urgência que o governo quer impor-lhe."

Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

"Da forma como foi aprovada na Câmara, a PPP contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi um avanço notável. Será um mal para o país, pois os únicos investidores que participarão dos projetos serão os fundos de pensão das empresas estatais. Nenhum outro investidor entrará de sócio com o governo se estiver correndo o risco de perder dinheiro."

Jorge Bornhausen (PFL-SC)

Governo relaciona projetos que devem sair do papel

O governo federal decidiu se antecipar à aprovação do projeto das parcerias público-privadas no Congresso e já elencou alguns projetos de infra-estrutura que poderão ser construídos sob o regime de parceria com o setor privado. O documento preparado pelo Ministério do Planejamento, e intitulado 1ª Carteira de Projetos da PPP, traz uma lista de obras que constam no Plano Plurianual de Investimentos (PPA), aprovado pelo Congresso Nacional em julho. Entre os projetos estão rodovias, ferrovias, sistemas de irrigação e

portos nas cinco regiões brasileiras.

No total, o governo acredita que o Plano Plurianual de Investimentos tem mais de 20 projetos de infra-estrutura que poderiam ser financiados por meio de parcerias com o setor privado, principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste, que concentram o maior número deles. O valor dos empreendimentos supera os R\$ 13 bilhões. Na ilustração abaixo, estão alguns exemplos de projetos que poderão ser financiados pelas PPPs.

A parceria público-privada é considerada

a principal aposta do governo para atrair novos investimentos para setores carentes de recursos, como infra-estrutura, segurança, habitação e saneamento, mediante a participação de empresas privadas em projetos de desenvolvimento. A assinatura de um contrato de parceria pode ocorrer para a construção de rodovia ou ferrovia, de usina hidrelétrica, para a implantação da rede de tratamento de esgotos de uma cidade, para a coleta e reciclagem de lixo ou até mesmo para a administração do sistema de tráfego de uma grande metrópole.

Projetos por região



Fonte: Ministério do Planejamento

PPP ganha força em todo o mundo, mas resultados ainda são alvo de polêmica

A necessidade de geração de superávits primários elevados, para assegurar a estabilidade econômica, impõe limites estreitos para a realização de investimentos com recursos públicos, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Não é um problema só do Brasil, ou dos países em desenvolvimento.

No cenário internacional, também se observa um descompasso entre a demanda de investimentos e a capacidade dos governos de responder a essa necessidade com os instrumentos financeiros tradicionais.

Até mesmo os países ricos da União Européia estão sujeitos a fortes limitações nos orçamentos públicos destinados a investimentos.

Por isso, naquele continente, vem assumindo importância crescente o modelo de parceria público-privada (PPP). Alemanha, Espanha, Grã-Bretanha e França têm hoje estradas, ferrovias, sistemas de

tráfego rodoviário e aéreo, metrô e transportes urbanos administrados por meio de contratos de PPP.

A experiência ainda é alvo de muita polêmica e os resultados variam de país para país. Não há, todavia, sucesso comprovado da modalidade das PPPs em os

chamados países emergentes. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), em discurso recente no Senado, lembrou alguns casos de crise financeira causada pelo malogro das parcerias, citando especificamente a Uganda, África do Sul e Bulgária.

Segundo ela, nas Filipinas, em virtude da crise cambial asiática dos anos 90, a Napocor, entidade pública criada para administrar os contratos com os parceiros privados, acumulou uma dívida de US\$ 9 bilhões, que recaiu sobre o tesouro nacional. No Cazaquistão, o Estado foi acusado de oferecer margens de lucro excessivas (25%) aos parceiros.



Heloísa Helena lembra fracassos em Uganda, África do Sul e Bulgária

No outro extremo, a experiência da Turquia, que conseguiu maciços investimentos em obras públicas por meio de mecanismo de parcerias com investidores privados, foi citada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) durante os debates na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com as PPPs, além da redução de custos, o governo pretende obter receitas de novas fontes, que não seriam possíveis no método tradicional de oferta de serviços. Exemplo disso é a apropriação da valorização imobiliária de áreas beneficiadas com investimentos de interesse público.

LEI DE INFORMÁTICA



Os senadores aprovaram 11 emendas ao projeto, que será examinado novamente pelos deputados

Incentivos para o setor são mantidos até 2019

Os benefícios fiscais previstos na Lei de Informática serão prorrogados até dezembro de 2019. Isso é o que estabelece projeto de lei (32/04) aprovado na quinta-feira pelo Plenário. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para empresas de desenvolvimento e produção de bens e serviços de informática terminaria em 2009, mas o prazo foi estendido por dez anos a fim de compatibilizar a Lei de Informática com a prorrogação dos benefícios da Zona Franca de Manaus, assegurados até 2023 pela reforma tributária.

Até 2019, os benefícios fiscais serão reduzidos gradativamente, conforme o ano e o produto. Empresas instaladas no Norte, Nordeste, Centro-Oeste são privilegiadas.

A matéria, que tramitou em regime de urgência, terá de ser examinada novamente pelos deputados, uma vez que os se-

nadores aprovaram 11 emendas ao projeto original.

Monopólio para tubos de televisão

O acordo de lideranças garantiu a manutenção do monopólio da Zona Franca para a produção de tubos de televisão. Empresas dos demais estados continuam podendo confeccionar monitores de computador. O governo comprometeu-se a realizar estudo sobre o impacto que representará, para o país e para os fabricantes, a convergência tecnológica que está ocorrendo entre os dois produtos.

Esse foi o ponto mais polêmico da matéria e atrasou a votação do projeto. Os fabricantes de televisões de Manaus queriam exclusividade também para a produção de monitores, argumentando que no futuro ambos os equipamentos serão um só.

O projeto foi aprovado em três comissões do Senado antes de

ser examinado pelo Plenário. O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, disse que o acordo firmado para a aprovação do projeto configurou avanço no debate democrático entre governo e oposição, e tornará possível dotar o país de uma legislação moderna para o setor.

O parlamentar explicou que acabou sendo retirado do texto aprovado o dispositivo que implicava uma reavaliação dos incentivos governamentais para a manutenção do parque de fabricação de monitores de televisão na Zona Franca. Arthur Virgílio argumentou que qualquer modificação na política de incentivos fiscais para o pólo industrial colocaria em risco cerca de 50 mil empregos locais.

O presidente do Senado, José Sarney, congratulou a Casa por ter encontrado um acordo para a votação da matéria, mantendo a integridade da Zona Franca de Manaus.

Negociações conciliaram interesses conflitantes

A aprovação do projeto que prorroga os benefícios da Lei de Informática foi comemorada por diversos parlamentares logo após a votação. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) – foto –, um dos principais articuladores em torno da proposta, disse que o texto final foi alvo de “inúmeras e profundas negociações”, uma vez que atingia grandes interesses de diversas regiões do país.

O senador destacou a importância de preservar o parque industrial de Manaus, que deverá atingir o equilíbrio entre importações e exportações em 2005. Virgílio lembrou que a Zona Franca representa 6% do PIB brasileiro e garante a soberania nacional na região.

Para o senador Hélio Costa (PMDB-MG), o Senado cumpriu seu papel de Casa revisora, aprimorando o texto oriundo da Câmara dos Deputados. Ele externou sua preocupação com

a Zona Franca de Manaus e os mais de 100 mil empregos gerados naquela região, mas ressaltou a importância de se criar equilíbrio com pólos de informática de outros estados do país, como Minas Gerais e São Paulo.

– Espero que a Câmara entenda a importância das modificações feitas pelo Senado Federal – disse.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a ideia da criação de uma subcomissão, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para tratar apenas de informática. Tourinho também salientou que as mudanças feitas pelo Senado no projeto que altera a Lei de Informática favorecem pólos de outros estados, além do Amazonas, como o de Ilhéus (BA), que tem 52 empresas.



GERALDO MAGELA

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou o acordo de líderes que preservou a Zona Franca e ainda respeitou os interesses de empresas de todo o país. Ideli agradeceu a sensibilidade dos senadores para com a questão. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) manifestou gratidão em nome do povo de Manaus pelo acordo realizado na votação da matéria.

CONGRESSO

Créditos viabilizam reajuste para servidor

O Congresso Nacional aprovou três projetos de lei que vão liberar recursos para o reajuste salarial de diversas categorias do serviço público. A votação ocorreu no início da tarde da última quarta-feira. Os projetos abrem créditos suplementares no Orçamento da União de 2004.

Os parlamentares também examinaram outros projetos de liberação de verbas, como os que prevêem o pagamento do seguro-desemprego para pescadores artesanais e subsídio para produtores de borracha natural. Todas as matérias serão envia-

das à sanção presidencial.

Uma das propostas aprovadas (PLN 60/04) amplia o limite de gastos com reestruturação de carreiras do Executivo, o que vai possibilitar o reajuste salarial de servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e técnicos agropecuários.

A pauta de votações incluía 23 projetos, mas não houve acordo entre as lideranças partidárias sobre todos eles. A sessão foi presidida pelo vice-presidente do Congresso, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE).



J. FREITAS

Decisões do Congresso beneficiam, além de servidores, pescadores artesanais e produtores de borracha natural

Confira os projetos aprovados

Projeto	Órgão beneficiado	Valor liberado e objetivo
PLN 28/04	Ministério da Agricultura	R\$ 20 milhões, que serão destinados à subvenção dos produtores de borracha natural
PLN 29/04	Ministério da Integração Nacional	R\$ 50 milhões, para obras de infra-estrutura urbana no Aeroporto Internacional Tancredo Neves (MG)
PLN 31/04	Ministério do Trabalho	R\$ 93,7 milhões, para o pagamento do seguro-desemprego de pescadores artesanais
PLN 32/04	Ministério da Saúde	R\$ 33 milhões, para o pagamento de aposentadorias e pensões de servidores
PLN 37/04	Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)	R\$ 41,5 milhões, que serão usados na implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus
PLN 40/04	Ministério da Fazenda	R\$ 206,5 milhões, dos quais R\$ 200 milhões vão para financiamentos de empresas dos segmentos de insumos básicos e de bens de consumo, concedidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)
PLN 42/04	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	R\$ 30 milhões, a serem usados na remoção e realocação de famílias que ocupam a área do Pólo Industrial de Manaus
PLN 43/04	Legislativo (Senado e Câmara dos Deputados) e Executivo (13 ministérios e órgãos vinculados, Presidência da República e Advocacia Geral da União)	R\$ 2,18 bilhões, para o pagamento de servidores públicos
PLN 58/04	Ministério da Defesa	R\$ 754,7 milhões, para custear o aumento dos militares aprovado na terça-feira (14)
PLN 69/04	Ministério da Educação	R\$ 130 milhões, para reforçar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

COMISSÕES

CCJ aprova mudança no Código Penal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) a projeto (PLC 103/03) que altera o Código Penal em dispositivos que dizem respeito às mulheres. De acordo com Serys, o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, em documento ao governo brasileiro, expressa preocupação com o fato de o Código Penal ainda conter dispositivos que discriminam as mulheres, como os artigos que requerem que a vítima seja uma "mulher honesta" para poder processar o agressor. A matéria vai a Plenário.



Serys muda artigo que discrimina as mulheres

Na mesma reunião da CCJ, foi aprovado, e enviado ao Plenário, voto de aplauso aos jornalistas empossados no comando da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), para a gestão 2004/2007.

O requerimento foi proposto pela senadora Serys Slhessarenko. O relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), foi favorável à iniciativa e disse ter a expectativa de que cada vez mais a ABI se afirme como entidade fundamental para assegurar a democracia brasileira. Para ele, a proposição é importante num momento em que se discute a criação do Conselho Nacional dos Jornalistas.

Estágio remunerado com recursos do FAT

A Comissão de Assuntos Econômico (CAE) acolheu projeto que institui a Bolsa de Aperfeiçoamento Profissional, permitindo que o estágio remunerado em empresas e universidades seja financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Com a quantia mensal de R\$ 200, a bolsa será concedida pelo prazo máximo de seis meses, podendo ser renovada uma única vez por igual período, e não criará vínculo empregatício. A proposta, de autoria de José Agripino (PFL-RN), teve parecer favorável do senador Mão Santa (PMDB-PI).

O estágio será custeado integralmente pelo FAT quando for

em universidade pública; cobertura de 75% no caso de universidades privadas, micro e pequenas empresas; e de 50% para médias e grandes empresas.



CAE, presidida por Ramez Tebet, acolheu proposta

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) foi demovido pelo presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), do seu propósito de apresentar requerimento para audiência com representantes do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e do Ministério do Trabalho.

Tebet sugeriu que ele apresente seu requerimento nas duas comissões (Educação e Assuntos Sociais) que ainda examinarão a matéria.

PARTICIPAÇÃO - A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a instituição da participação popular na elaboração dos orçamentos federais. O parecer de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), favorável à proposta (PEC 73/99) do senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi enviado ao Plenário, onde terá que passar por dois turnos de votação. Pela PEC, caberá ao Executivo e ao Legislativo promover a participação dos brasileiros na elaboração e no controle do Plano Plurianual, da LDO e dos orçamentos anuais.

Empréstimo ao Espírito Santo

Depois de 12 anos impedido de captar recursos com organismos internacionais, segundo o senador Gerson Camata (PMDB-ES), o governo do Espírito Santo obteve da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorização para contratar financiamento de US\$ 36 milhões, do Banco Mundial, com garantia da União.

Regras para consórcio público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto da Câmara (PLC 148/01) que estabelece normas para que a União, estados e municípios possam firmar consórcios públicos para execução de obras, serviços e atividades de interesse comum. A matéria vai a Plenário.

PLENÁRIO

Heloísa pede adiamento do projeto de transposição de águas do São Francisco

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) pediu que as autoridades públicas interrompam por pelo menos cinco anos as medidas de implementação do projeto de transposição de águas do Rio São Francisco. Ela sugeriu que, em vez disso, sejam tomadas iniciativas capazes de revitalizar o rio e ao mesmo tempo acudir a população ribeirinha, que, conforme enfatizou,

passa por enormes dificuldades, inclusive a falta de água para beber.

Para Heloísa, o projeto de transposição não cumprirá aquele que, em sua opinião, deveria ser seu principal propósito: salvar o rio e beneficiar a população que dele se serve.



ROOSEVELT PINHEIRO

FISCALIZAÇÃO DE ONG O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu fiscalização da aplicação dos recursos repassados pelo erário público às organizações não-governamentais (ONGs). Lobão considera um absurdo o fato de essas entidades terem recebido cerca de 50% do que foi destinado aos municípios pelo governo federal - cerca de R\$ 1,4 bilhão no ano passado, sem que haja um processo de fiscalização do uso das verbas.

- E os jornais já adiantam que serão R\$ 4 bilhões no próximo ano - alertou Lobão.

REFORMA TRABALHISTA Contrário à reforma da legislação sindical e trabalhista pretendida pelo governo, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que foi com o atual ordenamento jurídico que os trabalhadores chegaram ao poder no Brasil, elegendo vereadores, prefeitos, deputados, governadores, senadores e, principalmente, o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. - Parece-me que o sistema que nos foi deixado por Getúlio Vargas não é tão ruim como alguns apregoam - afirmou o parlamentar.

Projetos

PUNIÇÃO À PEDOFILIA

A CPI da Exploração Sexual apresentou proposta que especifica e torna mais clara a lei contra a distribuição de material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes por meios de comunicação ou pela Internet (PLS 255/04). O texto acrescenta como crime o ato de fotografar cenas pornográficas ou de sexo explícito com menores.

INELEGÍVEIS

As pessoas que não tenham bons antecedentes podem ser proibidas de concorrer a cargos públicos, segundo projeto de Roberto Saturnino (PT-RJ). Pela proposta (PLS 257/04), seriam inelegíveis aqueles que respondem a processos judiciais. A legislação atual só impede a candidatura dos que forem condenados criminalmente.

PONTOS DE PROSTITUIÇÃO

A fim de punir pontos de prostituição infanto-juvenil, a CPI encaminhou proposta para fechar definitivamente motéis ou similares, autuados mais de uma vez por hospedarem crianças ou adolescentes sem autorização dos pais ou sem acompanhamento dos mesmos (PLS 255/04). A legislação atual prevê multa e impede o funcionamento do local por apenas 15 dias.

BONS CONTRIBUINTES

Buscando incentivar o pagamento de impostos, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) propõe a criação da Medalha do Mérito Tributário, a ser concedida àqueles que obtenham certidão negativa de suas obrigações tributárias. O texto (PLS 258/04) prevê descontos nos impostos como estímulo ao cumprimento das leis fiscais.

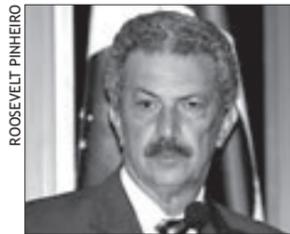
VULNERÁVEIS

A criação de um novo tipo penal, o "estupro de vulneráveis", em substituição à violência contra menores de 14 anos, foi proposta pela CPI da Exploração Sexual (PLS 253/04). Com a mudança, a proteção também alcança pessoas que não têm discernimento para a prática sexual ou que não podem oferecer resistência à agressão.

MUTUÁRIO NA JUSTIÇA

Projeto do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) permite ao mutuário em débito com o Sistema Financeiro de Habitação questionar cláusulas contratuais na Justiça, sem a obrigação de manter o pagamento integral das prestações (PLS 256/04). Pela proposta, o juiz pode estabelecer o valor a ser depositado em juízo.

As proposições citadas nesta coluna foram apresentadas entre os dias 2 e 15 de setembro



Tuma assina acordo para difundir cursos do ILB

1ª SECRETARIA O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), assinou protocolo entre o Senado, o ILB, o Interlegis e a União Nacional dos Legislativos Estaduais para difundir cursos do ILB para as assembleias legislativas. Tuma também assinou convênio com o Ministério Público da União para realização de cursos.

RADIODIFUSÃO

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara enviou ao Senado mais de 90 projetos que tratam de concessões para serviços de radiodifusão. As matérias serão examinadas pela Comissão de Educação.

Aprovados cargos para tribunais

Acolhidos, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), três projetos que criam 512 cargos em tribunais. Para o Supremo Tribunal Federal foram autorizados 238 cargos; para o Superior Tribunal de Justiça, 40 cargos em comissão e 76 funções; e para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 12ª Região, 158 novos postos.

Comissão arquiva requerimento

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que recomenda o arquivamento do requerimento de José Jorge (PFL-PE), solicitando informações sobre a utilização de cartões de crédito corporativo para o pagamento de despesas dos servidores da Presidência da República.

Senadores acolhem indicações

A indicação de Sérgio Weguelin Vieira para a Comissão de Valores Mobiliários foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com parecer favorável de Fernando Bezerra (PTB-RN). A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou Luiz Fachini e José Vicente de Sá para as embaixadas no Irã e na Índia, respectivamente.

FUMO Reunião na Comissão de Relações Exteriores sobre acordo internacional opõe produtores e antitabagistas

Brasil é o maior exportador do produto no mundo

O mercado produtor de tabaco, que reage às medidas restritivas discutidas, movimentará R\$ 13 bilhões por ano, sendo R\$ 4,5 bilhões em exportações, o que coloca o Brasil na posição de maior exportador de tabaco do mundo.

Cerca de 90% da produção de tabaco está na Região Sul do país. Em 2004, foram produzidas 852 mil toneladas de fumo. O Rio Grande do Sul responde por cerca de 50% desse volume, com 342 municípios produtores, seguido por Santa Catarina (33%, 253 municípios) e Paraná (17%, 164). O setor é responsável por 2,4 milhões de empregos diretos. Só a lavoura de fumo empregou, em 2003, mais de 900 mil pessoas.

A esses números se contrapõem os dados da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e do Ministério da Saúde, que apontam para o aumento de mortes pelo tabaco em todo o mundo: de acordo com projeções da Opas, o número de mortes deverá dobrar nos próximos dez anos, chegando a 10 milhões a cada ano.

De acordo com o ministro da Saúde, Humberto Costa, as medidas voltadas para coibir o consumo de tabaco nos países desenvolvidos estão diretamente ligadas ao aumento da produção em países pobres ou em desenvolvimento. Isso ocorre porque as indústrias de tabaco estão migrando para esses países, que oferecem, além de maior flexibilidade na produção de fumo, mão-de-obra barata e acessível.

A promotora do Ministério Público do Paraná, Margarete Matos, contesta os números otimistas da indústria fumageira sobre a renda dos agricultores. Segundo ela, tudo não passa de "um engodo".

– Não há uma discussão sobre a lucratividade das empresas e o retorno que isso representa para a mão-de-obra – lamenta a promotora.

Ela afirma que a utilização de agrotóxicos nas lavouras de tabaco tem causado doenças entre os plantadores e seus familiares. “A situação fica mais grave ainda quando sabemos que crianças trabalham com os pais nessa atividade.”



Humberto Costa: ceder aos interesses das multinacionais seria ruim para imagem do país



Carlos Rivaci Sperotto diz que não concorda com medidas que possam desestabilizar o setor



Relator, Fernando Bezerra anunciou que é favorável à ratificação da convenção

Brasil apóia convenção contra o tabagismo

O Brasil se prepara para ratificar a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, documento negociado pelos países-membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) que, por meio da troca de conhecimento, ajudará a subsidiar o controle do tabagismo. O governo brasileiro, em junho de 2003, foi o segundo dos 30 países que já assinaram a convenção. Para entrar em vigor, ela precisa que 40 dos 168 países signatários a ratifiquem.

A Câmara aprovou a mensagem 411/03 do Executivo em maio deste ano. No Senado, o relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Fernando Bezerra (PTB-RN), adiantou que o seu parecer, que deverá ser votado em outubro, será favorável à ratificação.

A decisão, que esbarra na reação da indústria e dos plantadores de tabaco, especialmente na Região Sul do país, foi discutida na semana passada em audiência promovida pela CRE. O ministro da Saúde, Humberto Costa, dei-

xou claro na reunião que o país não cederá às pressões.

– Ceder aos interesses das multinacionais seria ruim para a imagem do país e, além do mais, já estamos seguindo como política de governo os compromissos fixados pela OMS: salvar vidas, com a redução gradativa do consumo de tabaco – afirmou Humberto Costa.

O ministro da Saúde, parlamentares, produtores de fumo, agricultores e representantes de movimentos contra o tabaco participaram dos debates na sala da comissão. Dezenas de planta-

dores de fumo vieram a Brasília, preocupados com as notícias de que os créditos para o plantio poderiam ser cortados.

Mesmo tendo reforçado a disposição do governo de investir na redução do fumo no país, o ministro garantiu que o objetivo “não é prejudicar o pequeno produtor”.

– Não vai sair do governo uma decisão para dizimar a produção de tabaco – garantiu Humberto Costa, explicando que deverão ser oferecidas alternativas para que os agricultores possam migrar para outro tipo de plantio.

As propostas

- 1 Aplicar políticas tributárias aos produtos de tabaco e de preços que contribuam para reduzir o consumo.
- 2 Proibir e restringir aos viajantes internacionais a venda ou importação de produtos de tabaco livres de impostos.
- 3 Elaborar relatórios periódicos sobre taxaço e as tendências de consumo para produtos de tabaco.
- 4 Reformular a legislação para garantir respeito às determinações da convenção sobre etiquetagem e embalagem do produto.
- 5 Promover campanhas educativas e de conscientização.
- 6 Proibir totalmente a publicidade e a promoção de produtos de tabaco e o patrocínio da indústria ou de revendedores do setor.

O tabaco no mundo

Reduzir o consumo de tabaco é uma das intervenções sanitárias possíveis com maior custo-benefício

Se o consumo de tabaco for reduzido, o dinheiro gasto com a compra de produtos do tabaco será destinado a produtos menos prejudiciais à saúde

Crianças estão mais aptas a não fumar num ambiente social que desencoraja o tabagismo

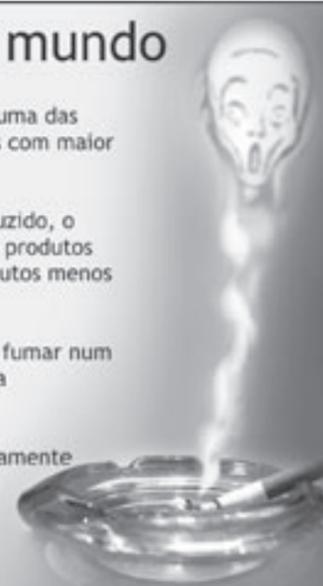
Com exceção de países completamente dependentes do tabaco, como o Zimbábue, a eliminação do produto não terá reflexos mais graves na economia

Cerca de 5 milhões de pessoas morrem a cada ano no mundo por doenças causadas pelo fumo

A China planta cerca de 38% do total de tabaco no mundo; Brasil, Índia e EUA em conjunto respondem por 25%

Projeções da OMS indicam que o número total de fumantes aumentará de 1,1 bilhão (dados de 1999) para mais de 1,6 bilhão em 2025

Os impostos do tabaco não são suficientes para pagar os danos causados pelo consumo



Agricultor gaúcho prevê empobrecimento de 90 mil famílias

O representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Ezídio Pinheiro, afirmou, durante a reunião na CRE, que a aplicação de normas para coibir a plantação de tabaco causará o empobrecimento de 90 mil famílias gaúchas. Pinheiro, que durante 20 anos viveu da fumicultura, disse que qualquer medida contra o plantio deveria, antes, ser discutida com os próprios agricultores.

– Temos 90 mil famílias que vivem do tabaco há gerações e precisam da garantia de que, dentro de alguns anos, não serão obrigadas a sair de suas terras como miseráveis – disse o sindicalista.

Para ele, o governo não deveria apressar a assinatura da convenção antes que sejam encontradas alternati-

vas que possibilitem a migração dessas famílias para outras culturas.

Nas áreas de plantio, o clima é de medo, segundo representante dos fumicultores

– É preciso tempo, e acredito que o Congresso Nacional será sensível a essa questão, pois não tem sentido lançar campanhas para reduzir o consumo de tabaco se o agricultor ficar sem apoio e crédito”, defendeu, reve-

lando que o clima é “de medo” nas regiões de plantio, como no Vale do Rio Pardo.

– Trata-se de um problema muito complexo, porque as famílias que vivem dessa atividade têm renda, os municípios estão se desenvolvendo e por isso mesmo resistem em deixar o plantio do tabaco, e, de outro lado, temos grande parte da sociedade pressionando contra o fumo – observou o sindicalista.

Opiniões

MAIOR LUCRATIVIDADE

“Quem vai querer trocar a cultura do fumo, que rende R\$ 9 mil reais por hectare, para migrar para o milho, que chega a R\$ 1.200, ou o feijão, que é ainda menos atrativo? As armas que representam o país foram desenhadas com um ramo de fumo e outro de café, mostrando essas duas grandes riquezas do país.”

Danilo Paulitsch, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Vera Cruz (RS).

MODELO PARA O PAÍS

“Não estamos nos esquivando de dados que mostram as mortes pelo uso do tabaco, mas, por outro lado, não concordamos com medidas imediatas que podem causar a desestabilização de um setor – o fumageiro – que é modelo para todo o país.”

Carlos Rivaci Sperotto, presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.

A CULTURA DA MORTE

“O tabaco representa a cultura da morte. O agricultor torna-se escravo do patrão, ganha mal e não consegue pagar as dívidas que assumiu com o produtor.”

Irmã Lourdes Dill, responsável por uma experiência pioneira na Diocese de Santa Maria (RS), que foi implantada em 30 municípios, voltada para apoiar o agricultor de tabaco que busca nova opção de plantio.

VÍTIMAS NA FAMÍLIA

“Tive câncer de mama em 2000, quando deixei de fumar, e passei a lutar contra o tabaco. Meu pai e meu marido morreram em consequência de doenças causadas pelo cigarro. Agora, luto para que as minhas duas filhas, que passaram a fumar seguindo o meu exemplo, abandonem o vício.”

Deolinda Rente, da Associação Brasileira de Apoio ao Paciente

CONTRA-SENSO NACIONAL

“Em relação ao tabaco, há um contra-senso no Brasil: enquanto o BNDES financia a expansão da cultura de tabaco, o país quer assinar a Convenção-Quadro que reforça as restrições ao fumo. O pequeno agricultor está se sentindo abandonado.”

Senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

VENDEDORES DE ILUSÕES

“A indústria do fumo vende ilusão ao agricultor brasileiro. A indústria vende o sonho de que ele terá ganhos, mas, na verdade, ele leva cinco anos para pagar o barracão de secagem do fumo, e há casos em que o trabalho na lavoura envolve crianças com sete anos de idade.”

Margarete Matos, promotora do Ministério Público do Paraná.

PLENÁRIO

Paulo Octávio apóia recriação da Sudeco



O projeto de lei complementar que recria a Sudeco tem o apoio do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que quer incluir

no texto a concessão de incentivos fiscais similares aos das regiões Norte e Nordeste.

"JK sabia conversar e perdoar"

Ao homenagear JK pelos 102 anos de seu nascimento, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que Juscelino sabia "conversar, dialogar, harmonizar e, quando necessário, perdoar".

ACM homenageia político baiano

Requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Hermenito Dourado, ex-deputado estadual e presidente do TRF da 1ª Região, foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Mesquita louva cidades centenárias



Ao homenagear o centenário das cidades de Cruzeiro do Sul e de Sena Madureira, o senador Geraldo Mesquita (PSB-AC)

disse que "acrianos de todos os rincões transformaram a paz em desenvolvimento".

Sibá lê texto de professor da UFA



Sibá Machado (PT-AC) também homenageou Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, lendo um texto sobre a história do estado do professor da Universidade Federal do Acre, Jones Dari.

Camata comemora boa situação do ES



O senador Gerson Camata (PMDB-ES) comemorou a autorização para um empréstimo de US\$ 36 milhões do Banco Mundial para obras de saneamento no Espírito Santo.

Raupp reivindica recuperação de BRs

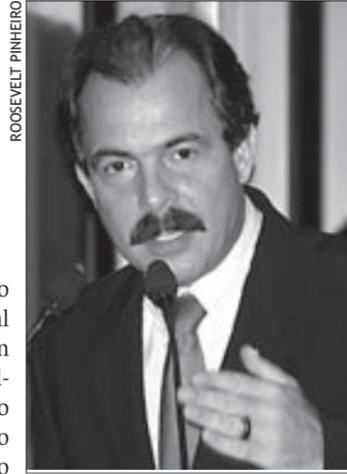
As BRs 364 e 429, em Rondônia, têm buracos que cabem um carro dentro deles, disse o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ao apelar ao Ministério dos Transportes pela recuperação das estradas.

Mercadante vê racionalidade no aumento dos juros

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), avaliou que a decisão do Comitê de Política Monetária, adotada na quarta-feira, de elevar em 0,25 ponto percentual a taxa básica de juros – que passa para 16,25% ao ano – é uma medida de racionalidade. De acordo com o senador, a elevação decorre do forte crescimento da economia e da retomada da inflação. Ele acredita, entretanto, que a medida não terá impacto no crescimento.

– Como houve um aumento da inflação, a taxa de juros real passa a ser semelhante a um período que nós tivemos há alguns meses. Portanto, não creio em nenhum impacto no ritmo de crescimento. Há a pressão inflacionária, que é contornável. Existem todos os instrumentos que podem ser utilizados. E a racionalidade econômica tem que ser utilizada – afirmou.

Mercadante defendeu a posição do governo de adotar essa medida difícil mesmo em um



Mercadante nota que governo adotou medida difícil mesmo em período pré-eleitoral

período pré-eleitoral, o que difere, segundo lembrou, da tradição histórica de administração do país.

Alvaro alerta para risco de demissões



A decisão do Comitê de Política Monetária de aumentar os juros básicos da economia de 16% para 16,25% ao ano foi criticada na quinta-feira pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). A medida, na avaliação do senador, vem na contramão do "pífio" crescimento econômico alardeado pelo governo e que, observou, está muito

aquém do verificado em países emergentes.

Alvaro afirmou que a retomada nas contratações serviu para baixar o custo da folha de salários das empresas. Segundo ele, 54,3% dessas contratações foram feitas com remuneração de um a um e meio salário mínimo. O senador alertou para o risco de o aumento dos juros promover demissões.

Alvaro lastimou o fato de que o Brasil se mantenha na segunda posição entre os países com as taxas mais altas do planeta, próximo à Turquia, campeão dos juros mundiais. O senador lamentou a disposição do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de aumentar a meta do superávit fiscal de 4,5% para 5%, em função do melhor desempenho da arrecadação federal.

Ideli aplaude seguro para agricultura

O Seguro da Agricultura Familiar, que passará a dar cobertura de 100% do financiamento, foi aplaudido pela líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC). Antes, só havia ressarcimento de 70% em caso de perdas. A senadora informou que o programa irá atender a 850 mil produtores, desde que eles contribuam com 2% sobre o valor financiado.



Efraim quer perdão da dívida de produtores

Projeto de lei do senador Efraim Morais (PFL-PB) anistia as dívidas de agricultores do Nordeste junto ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste. "As dívidas são impagáveis", disse.



Pavan quer mudar calendários

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu aos governadores e prefeitos municipais que adotem a unificação dos calendários escolar e de turismo, com o objetivo de aumentar a alta temporada de férias, que seria estendida até fevereiro. Com isso, a demanda da alta temporada será diluída, facilitando a vida dos turistas e incrementando a economia dos municípios.



Valadares elogia o governo pelo ProUni

A decisão de instituir o Programa Universidade para Todos (ProUni), que pretende levar cerca de 300 mil estudantes de baixa renda ao ensino superior nas universidades privadas em um prazo de cinco anos, foi elogiada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



Simon denuncia: União está sufocando estados

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o governo está provocando desequilíbrio nos estados e municípios e enfraquecendo a Federação, além de não cumprir acordos, como o da compensação a estados exportadores pela isenção de ICMS sobre produtos destinados a exportação.



Ideli anuncia verba para portos

A decisão do governo de investir R\$ 63 milhões, em 2004, na recuperação de 11 portos em oito estados brasileiros foi anunciada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Segundo ela, a proposta de adequação orçamentária nesse valor será encaminhada ao Congresso nos próximos dias pela Casa Civil da Presidência da República. A expectativa da senadora é de que o Congresso aprove logo esse crédito especial, possibilitando, assim, o início das obras nesses portos, que respondem por 90% das exportações brasileiras.



José Jorge: "Até quando acerta, Lula erra"

"Até quando toma uma medida correta, o presidente Lula erra, pois acaba privilegiando apenas alguns dos seus apaniguados", afirmou José Jorge (PFL-PE), manifestando a sua estranheza com a coincidência da liberação, com um atraso de oito meses, de crédito extraordinário para atender os municípios nordestinos atingidos pelas enchentes no início do ano. O senador

lembrou que, no último dia 6, o presidente da República editou a Medida Provisória 211, que abre, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, crédito extraordinário no valor de R\$ 60 milhões. Pernambuco receberá R\$ 2,1 milhões para o município de Camaragibe, destinados à recuperação dos danos causados por desastres. O prefeito de Camaragibe é presidente do PT em Pernambuco.

Lula pode tornar-se inelegível, afirma Osmar Dias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva corre o risco de tornar-se inelegível em 2006, quando poderia disputar a reeleição, por descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertou Osmar Dias (PDT-PR). O senador acusou o governo de promover desvio de finalidade das verbas arrecadadas por meio da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), criada para financiar a reconstrução das rodovias e da

infra-estrutura de logística do país. Osmar Dias apresentou dois requerimentos de informação ao Executivo. Um deles para saber a destinação da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e outro para conhecer com detalhes onde têm sido efetivamente aplicados os recursos provenientes da arrecadação da Cide. "Vamos tomar as providências cabíveis", afirmou.

SC é discriminada, diz Bornhausen

"Com tristeza e revolta", Jorge Bornhausen (PFL-SC)



afirma que Santa Catarina sofre discriminação e não se encontra entre as prioridades do governo Lula.

Pavan protesta contra tratamento

O tratamento que a União dá a Santa Catarina, segundo Leonel Pavan (PSDB-SC), não corresponde à importância do estado. "Somos o sétimo produto interno bruto (PIB) do país e o 11º em recebimentos de recursos do orçamento."

PLENÁRIO

Papaléo propõe que as MPs sejam extintas

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apresentou proposta de emenda à Constituição para acabar com o instituto da medida provisória (MP) – instrumento usado pelo governo para adotar providências em casos de urgência e relevância, e que o Congresso vota para cassar-lhe a eficácia ou para convertê-la em lei. Na opinião do senador, a MP se provou inadequada à representatividade democrática.

– Estou convencido de que a extinção das MPs de nosso ordenamento jurídico, suprimindo-as do texto constitucional, terá o condão de aperfeiçoar a prática legislativa neste país – ressaltou.

Segundo Papaléo, os pressupos-



ROOSEVELT PINHEIRO

Papaléo: medidas provisórias têm sido usadas em função de conveniências políticas

tos de urgência e relevância das MPs têm sido sistematicamente negligenciados por todos os presidentes da República, em função de conveniências políticas.

Virgílio: governo paralisa o Congresso



O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), culpou o governo pela paralisação do Congresso, afirmando que o excesso de medidas provisórias acaba trancando a pauta e inviabilizando a votação dos demais projetos.

O senador também criticou o governo por ignorar os convites a ministros de Estado que não comparecem ao Senado para prestar esclarecimentos, como é de seu dever constitucional.

Paim critica decisão sobre direito do idoso

Paulo Paim (PT-RS) criticou a decisão do ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de indeferir liminar para garantir o transporte gratuito obrigatório de idosos carentes nos ônibus interestaduais, conforme determina o Estatuto do Idoso. O senador também defendeu medidas a favor dos afro-des-

cedentes e dos portadores de necessidades especiais. Ele comunicou que, até outubro, o projeto de sua autoria que cria o Estatuto dos Portadores de Deficiência deverá receber parecer do relator, senador Flávio Arns (PT-PR).



Cartilha informa direitos da mulher

Com o objetivo de informar a sociedade sobre os direitos femininos, a Comissão do Ano da Mulher lançou a cartilha *A Mulher e as Leis – perguntas e respostas para o Brasil do século XXI*.

Licença-maternidade, isonomia salarial em relação aos homens, guarda dos filhos, direitos políticos e violência sexual são alguns dos temas tratados na publicação, que, num texto leve e de fácil compreensão, informa sobre as principais garantias concedidas às mulheres como cidadãs, no trabalho e na família, além das penalidades previstas para casos de violência, seja ela física ou psicológica.

Foram publicados cerca de 3 mil exemplares do informativo. Para adquirir uma edição, basta entrar em contato com o gabinete

da presidente do colegiado, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), pelo endereço eletrônico serys@senadora.gov.br.

Até o fim do ano, está prevista ainda, para celebração do Ano da Mulher, a realização de duas sessões solenes, entre outros eventos.

Mais informações sobre os trabalhos da comissão podem ser encontradas no site www.senado.gov.br/anodamulher/.



Tourinho quer agilizar projeto sobre seqüestro-relâmpago

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu empenho da Câmara na análise de projeto de sua autoria que torna crime o seqüestro-relâmpago (PLS 54/04). O projeto, explicou o senador, inclui o seqüestro-relâmpago no tipo penal dedicado à extorsão, mas exige esse crime da punição atribuída ao seqüestro propriamente dito, qualificado como hediondo. Caso o seqüestro-relâmpago envolva lesão corporal grave ou morte, completou, as penas seriam as mesmas previstas para seqüestro qualificado.

Costa: rigor para crime hediondo

Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu projeto que proíbe o livramento condicional dos condenados por crimes hediondos. Autor da matéria (PLS 113/03), o senador pediu que Jefferson Péres (PDT-AM) reveja parecer contrário à proposta.

Garibaldi destaca venda de camarão

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) comemorou o aumento das exportações, para a Espanha, de camarão criado em cativeiro no Rio Grande do Norte. Ele elogiou a firmeza dos produtores.

Papaléo elogia obra no Amapá

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) elogiou decisão do governo de realizar obras no trecho da BR-156, que liga a capital do Amapá, Macapá, ao município de Oiapoque.

Alberto anuncia usina de biodiesel

Alberto Silva (PMDB-PI) anunciou a inauguração, na sexta-feira (24), da primeira usina de biodiesel do país na Universidade Federal do Piauí (UFPI). O senador defendeu a criação pelo Ministério de Minas e Energia de marco regulatório para o uso do combustível, cuja produção em larga escala, previu, pode gerar 5 milhões de empregos agrícolas nas regiões Norte e Nordeste. A usina-escola da UFPI terá capacidade de produção de 2 mil litros por dia.



Saturnino propõe restrição a candidaturas

Um projeto para ampliar casos de inelegibilidade previstos pela lei eleitoral foi apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Para ele, a sociedade clama pela moralização da representação política, exigindo o afastamento de candidatos reconhecidos como criminosos ou ligados a entidades suspei-

tas de atividades criminosas. A homologação de candidaturas de cidadãos com processos criminais, afirmou, é decorrente do oportunismo eleitoral das legendas partidárias.



Demostenes vê abuso na eleição

Demostenes Torres (PFL-GO) lamentou o uso do poder econômico nas eleições em Goiás e no país. Para o senador, o poder econômico dos governos está impedindo o direito à opinião.



Mão Santa: pesquisas são manipuladas

A manipulação nas pesquisas eleitorais, com objetivo de influir nos resultados, foi apontada pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).



Simon denuncia PT de Porto Alegre

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) denunciou que o candidato do PT à prefeitura de Porto Alegre, deputado estadual Raul Pont, está usando seu

jornal na campanha eleitoral, que é impresso pela gráfica da assembleia legislativa e distribuído com recursos do Legislativo.

Maguito pede fim da violência em Goiás

O assassinato do vereador Aldorando Mata da Silva (PMDB), ocorrido no último dia 13 em Maurilândia, levou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) a fazer um apelo direto ao ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, para que “estaque a violência que toma conta de Goiânia e de Goiás”.

Almeida Lima apóia registro de candidato

O senador Almeida Lima (PDT-SE) protestou contra idéia do desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro Marcos Faver de proibir o registro de candidato que esteja respondendo a processo judicial.



PSDB continua firme na oposição, garante Alvaro Dias

A tentativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de cooptar parlamentares da oposição por meio de encontros, jantares e outros eventos “não atingirá o PSDB, que continuará firme na oposição necessária ao governo”. Foi o que afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) referindo-se principalmente ao jantar realizado na casa do ministro da Casa Civil, José Dirceu, com integrantes do PFL, partido que constitui o principal núcleo oposicionista, ao lado do PSDB.

O senador advertiu para a “vocação autoritária e megalômana” do governo do PT, manifestada, segundo ele, diversas vezes por Lula.



PROTESTO – Ramez Tebet (PMDB-MS) protestou contra o repasse a outros estados de recursos, originalmente destinados pelo orçamento a Mato Grosso do Sul. O senador se disse surpreendido pela intenção do governo de retirar de seu estado R\$ 3,75 milhões decorrentes de emendas parlamentares.

HIDRELÉTRICA – A licença dada pelo Ibama que permitirá a implantação de usina hidrelétrica entre os municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã, ambos no estado do Tocantins, foi comemorada pelo senador João Ribeiro (PFL-TO).

A usina terá uma potência instalada de 241 megawatts.

Voz do Leitor

JUDICIÁRIO

“O Poder Judiciário é o único que se encontra distante da população: não há participação alguma do povo neste Poder. Sou a favor da criação do controle externo do Judiciário e sei que isso não irá afetar sua independência e, sim, ajudará a democratizá-lo.”

Leandro Antônio de Almeida, de Goiânia (GO)

ANATEL

“Aos líderes dos partidos: o Senado deveria pedir a interdição da Anatel, pois ultimamente ela só cria políticas, procedimentos e resoluções que venham trazer benefícios e favorecimento às prestadoras de telefone. Peço a providência enérgica do(a) senhor(a) senador(a), pois ninguém agüenta mais esse favoritismo vergonhoso e escandaloso.”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

PROPAGANDA ELEITORAL

“Ao senador Antonio Carlos Magalhães: sugiro ao senhor que faça um projeto propondo que as propagandas eleitorais sejam transmitidas ao vivo e que tenham a participação do cidadão.”

Márcia Amburgo, de Alagoinhas (BA)

TRANSGÊNICOS

“Senadores do Rio Grande do Sul: há muitas informações oriundas de pesquisas na Internet que apontam para os riscos de se consumir produtos transgênicos. Aqui no Rio Grande do Sul já está havendo problemas com produtores que não plantaram soja transgênica, mas sofreram contaminação de culturas próximas. Matéria publicada no site <http://www.relatorioalfa.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=335> diz que médicos italianos encontraram modificações no fígado e no pâncreas de ratos tratados com soja transgênica RR.”

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, do Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

Por que, então, a pressa de aprovar a lei sobre os transgênicos? Eu não autorizei ninguém a me fazer de cobaia.”

Luiz Antonio Puton, Caxias do Sul (RS)

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

“Sobre a matéria que saiu no **Jornal do Senado** no dia 5 de julho de 2004, com informações sobre rádios comunitárias, gostaria que o jornal publicasse mais sobre esse artigo e que os deputados votem a legislação propondo mudanças relacionadas ao radcom, como foi mencionado no jornal. Temos uma associação comunitária e já mandamos vários documentos para o Ministério das Comunicações, mas até hoje não recebemos a tão sonhada outorga. Gostaria que os deputados ajudassem a nossa Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Vila Santa Branca “Sintonia FM”. Nosso processo no Minicom é 53710.000952/99. Ribeirão das Neves tem 300 mil habitantes e merece essa rádio.”

Maurício Hilário da Silva, de Ribeirão das Neves (MG)

ECONOMIA

“Senadores Duciomar Costa, Eduardo Siqueira Campos, Fátima Cleide, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Jefferson Péres e Magno Malta: quero registrar a triste situação por que passam milhões de crianças brasileiras, em sua maioria desnutridas, sem educação básica, caminhando rumo a um futuro incerto e infeliz. Os menores ganham as ruas em busca de uma forma de vida nas malhas da prostituição e exploração do trabalho infantil, o que causa grande problema social. É preciso fiscalização para combater esse trabalho infantil, que, infelizmente, ainda existe. Não podemos deixar que as crianças desse país sofram tanta humilhação.”

Carlino de Souza Santos, de Sítio do Quinto (BA)

Pergunte ao Senador

FISCALIZAÇÃO

Maria Helena da Silva, de Encantado (RS)



J. FREITAS

Senador Hélio Costa, gostaria de saber por que as empregadas domésticas não têm direito ao FGTS e ao seguro-desemprego?

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) responde:

“Pela legislação em vigor (Lei 10.208/01), é facultada a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante requerimento do empregador. O empregado doméstico inscrito no FGTS e que for dispensado sem justa causa faz jus, também, ao seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada. Embora a inscrição do doméstico no FGTS seja uma faculdade da patroa ou do patrão, as partes deverão promover o entendimento para garantir o benefício. Os domésticos ainda não conquistaram todos os direitos garantidos aos outros trabalhadores, mas esperamos, muito em breve, acabar com esse inaceitável tratamento diferenciado.”

JUDICIÁRIO

Samira Ramos Cavalcante Fonseca, de Manaus (AM)



CÉLIO AZEVEDO

Senador, gostaria que o senhor me esclarecesse a diferença entre lei e medida provisória?

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) responde:

“Bem, o projeto de lei é uma proposição que pode ser iniciada tanto no Executivo quanto no Legislativo e que passa por uma série de votações na Câmara e no Senado, sendo apreciado pelas comissões e pelo Plenário até ser enviado à sanção presidencial, para só então entrar em vigor, ou seja, tornar-se lei. Já a medida provisória (MP) é uma iniciativa exclusiva do presidente da República, observados os pressupostos de urgência e relevância. Embora necessite de aprovação na Câmara e no Senado, a MP tem uma particularidade: passa a valer como lei desde o momento de sua publicação no *Diário Oficial da União*. Outra questão importante em relação à MP: deverá ser apreciada pelas duas Casas em, no máximo, 90 dias após a sua edição. Caso não seja votada, ela tranca a pauta do Congresso, que somente é desobstruída com a votação da medida.”

Frases

“É proposta suja querer impedir a candidatura de alguém somente porque existe um processo contra ele.”

Almeida Lima, em protesto contra a idéia do desembargador do TRE do Rio de Janeiro, Marcos Faver, de proibir o registro de candidato que esteja respondendo a processo judicial.

“Até quando toma uma medida correta, o presidente Lula erra, pois acaba privilegiando seus apaniguados.”



José Jorge, sobre a distribuição de recursos para os estados nordestinos atingidos pelas enchentes.

“O calendário agrícola não depende do calendário do Congresso Nacional. Os agricultores, especialmente os do sul do país, estão sem saber o que fazer.”

Osmar Dias, sobre a situação dos plantadores de soja que aguardavam a aprovação na semana passada da Lei de Biossegurança, que libera o plantio do produto geneticamente modificado.

“Não podemos nem chamá-los de desonestos, porque eles cumprem seus contratos.”



Mão Santa, ao denunciar abusos que, segundo ele, são cometidos pelos institutos de pesquisas nos períodos eleitorais.

“Espero que o jantar resulte em indigestão para as pretensões do presidente da República de seduzir opositoristas e esmagar a oposição.”

Alvaro Dias, criticando o jantar oferecido pelo presidente Lula a senadores do PFL.

“Por que tanta generosidade com os pobres lá de fora e nenhuma para os pobres aqui de dentro?”

Efraim Morais, ao apresentar projeto de lei permitindo a anistia das dívidas dos produtores rurais da Região Nordeste com o Banco do Brasil e com o Banco do Nordeste.

“Estou convencido de que a extinção das medidas provisórias de nosso ordenamento jurídico terá o condão de aperfeiçoar a prática legislativa neste país.”

Papaléo Paes, que apresentou proposta de emenda à Constituição para acabar com a medida provisória.

Foto da Semana



MOREIRA MARIZ

Líderes partidários se reuniram durante toda a semana em busca de consenso para a votação de matérias polêmicas. Conseguiram acordo sobre a nova Lei de Informática.

O voto no Brasil deve ser facultativo?

O sufrágio universal e secreto é instrumento essencial da democracia. Com o voto, o povo exerce sua vontade e dita os rumos da nação. Mas, o que é, afinal, o voto? Um direito? Um dever? Ambos? É em torno dessa questão profunda e filosófica que se trava debate tão antigo quanto a República,

entre voto facultativo e obrigatório, este último tradição de nosso Código Eleitoral desde 1932. Para os que defendem o voto facultativo, ele significa a plena aplicação do direito ou da liberdade de expressão, não podendo ressentir-se do traço essencial da vida democrática - a liberdade de

agir. Muitos acreditam que o ato de votar constitui um dever, e não um mero direito, pois cada cidadão tem responsabilidade com o conjunto da sociedade, ao escolher seus mandatários. Os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Leonel Pavan (PSDB-SC) debatem o tema.



MAGUITO VILELA

"A liberdade é o mais importante bem que um cidadão pode conquistar. O processo político deve ser o espelho da expressão das liberdades"

"Viver em um Estado democrático não se traduz apenas em um conjunto de direitos. Significa que a pessoa, para ser cidadã, também deve cumprir uma série de deveres"



LEONEL PAVAN

SIM

Novos tempos exigem regras eleitorais modernas

O fim do voto obrigatório será uma conquista da democracia, assim como foi o direito de votar. Nas mais importantes democracias do mundo, o voto é, literalmente, um direito, não uma obrigação. Isso porque democracia é sinônimo de liberdade. Liberdade de expressão, liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, liberdade do voto.

A obrigatoriedade do voto, para não dizer outra coisa, é um contra-senso. O eleitor, na verdade, não é obrigado a votar. É forçado a comparecer, no dia do pleito, a uma seção eleitoral. Tanto isso é verdade que começa a se repetir, especialmente nos pleitos proporcionais, um número maior de abstenções e votos nulos e brancos do que de votos válidos.

O voto facultativo é um imperativo no atual estágio da democracia brasileira. O voto é um direito, que deve ser exercido com liberdade. O eleitor deve se dirigir à urna consciente da necessidade do voto e não constrangido por imposições legais. O fim da obrigatoriedade forçará uma melhora na atividade política.

A maioria das atuais normas que regem o processo eleitoral brasileiro é fruto de outra realidade, em que as necessidades da vida partidária eram totalmente diferentes. O tempo passou, a democracia se consolidou e está a exigir novas regras, que dêem mais transparência e condições de igualdade ao processo eleitoral.

A existência do voto facultativo serviria como um bom termômetro público de avaliação permanente dos políticos. A mais completa e confiável pesquisa. Se os políticos estão cumprindo com suas obriga-

ções, certamente será maior o comparecimento às urnas. O contrário ocorrerá em caso de crise de imagem dos homens públicos do país.

A liberdade é o mais importante bem que um cidadão pode conquistar. O processo político deve ser o espelho da expressão das liberdades. Só que esse processo nunca estará completo com uma legislação que, ainda hoje, age coercitivamente para que o cidadão compareça a uma urna eleitoral.

O voto facultativo serviria como um bom termômetro dos políticos

Além do voto facultativo, existem outros pontos importantíssimos na reforma política, há anos em discussão no Congresso. Particularmente, no que diz respeito ao Senado,

defendo a redução do mandato de oito para quatro anos. Também defendo o fortalecimento dos partidos políticos, com a instituição da fidelidade partidária e o financiamento público das campanhas eleitorais.



NÃO

Obrigações foi importante para consolidar a democracia no país

O fim do voto obrigatório, que é uma das propostas para uma eventual reforma política no país, tem sido tratado com bastante superficialidade. Muitos, de forma um tanto apressada, concluíram que eliminar a obrigatoriedade do voto é essencial para a melhora do sistema político brasileiro. A verdade, porém, é outra. O voto obrigatório teve papel decisivo para a consolidação das nossas instituições democráticas.

Viver em um Estado democrático não se traduz apenas em um conjunto de direitos. Significa que a pessoa, para ser cidadã, também deve cumprir uma série de deveres, tais como pagar impostos, cumprir o serviço militar e votar. A democracia, para continuar a existir, depende fundamentalmente da participação de cada eleitor. Se isso não acontece, cedo ou tarde ela estará condenada a desaparecer ou a tornar-se farsa.

Tornar o voto facultativo significa alijar o homem comum do processo eleitoral

O voto, assim, é o momento em que a pessoa é capaz de perceber-se como cidadã e participante ativa do processo democrático. Torná-lo facultativo significaria alijar o homem comum do processo eleitoral. Os efeitos seriam nefastos para a democracia brasileira.

Devemos deixar de lado o espírito colonizado e de achar que aquilo que existe em países estrangeiros é o melhor.

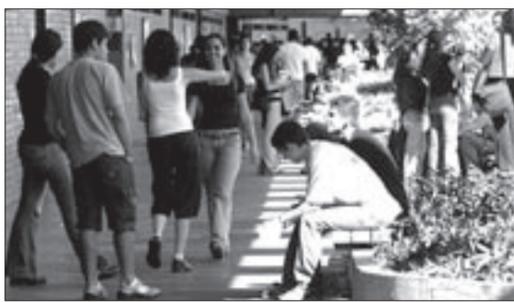
Pesquisas mostram que, em todos os países em que o voto não é obrigatório - como, por exemplo, nos Estados Unidos -, os votantes, em sua maioria, são os mais ricos e escolarizados, porque são aqueles que têm mais tempo para se ocupar da vida

pública. Assim, o pobre, ao não enviar para o Legislativo e para o Executivo os seus representantes, torna-se ainda mais excluído da vida pública. Cria-se um terrível círculo vicioso.

Muitos se esquecem, também, da função civilizatória do voto obrigatório em nosso país. Quando instituído, colaborou decisivamente para diminuir o poder das máquinas eleitorais, em especial nas localidades mais isoladas do território nacional. Decidir que ele deva ser facultativo é reavivar essas máquinas eleitorais e ressuscitar o voto de cabresto. A tarefa de convencer o eleitor a votar levará, sem sombra de dúvida, ao encarecimento das campanhas e ao uso das mais condenáveis práticas de alijamento. Apenas aqueles que forem amparados por grandes grupos econômicos e financeiros poderão participar, com chance de sucesso, das eleições.

Conexão Senado analisa o ensino superior

A medida provisória que cria o Programa Universidade para Todos (ProUni), obrigando as instituições de ensino privadas a destinarem parte de suas receitas para o financiamento de bolsas integrais para alunos de baixa renda, é o tema do programa *Conexão Senado* de segunda-feira (20), que vai ao ar na Rádio Senado às 13h.



Campus da Universidade de Brasília: novas propostas para o ensino superior em debate

O texto já estava em tramitação na Câmara como projeto de lei, mas o governo preferiu editar uma medida provisória para que as novas regras sejam aplicadas já no próximo ano. Entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) criticaram a decisão do governo, acusado de editar MPs em excesso e paralisar os trabalhos dos parlamentares. Além disso, as instituições de

ensino temem que sejam necessários cortes de outros benefícios para se adequarem ao programa.

Para discutir o tema, o *Conexão Senado* convidou o presidente da UNE, Gustavo Petta; a presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, Mara Regina Rösle; o ministro da Educação, Tarso Genro; e os senadores Osmar Dias (PDT-PR), presiden-

te da Comissão de Educação do Senado; e Cristovam Buarque (PT-DF), ex-ministro da Educação.

O ouvinte também pode participar do programa pelo e-mail conexao@senado.gov.br, pelo telefone (61) 311-1182, ou pelo fax (61) 311-2777.

O vídeo foi produzido em julho deste ano, e vai ao ar no sábado, às 16h, e no domingo, às 11h30.

O programa *Memória Brasileira*, exibido no sábado, às 21h30 (reprise no domingo às 14h30), faz uma homenagem aos cantores Tim Maia e Gal Costa e aos escritores Ferreira Gullar e Luis Fernando Veríssimo, que também será lembrado pelo seu lado músico, pois integra uma banda de jazz. O programa exibe uma apresentação desse grupo, interpretando *Wave*, de Tom Jobim. Além disso, a atração fala de duas cidades brasileiras: Petrópolis (RJ), que de vila passou a cidade, e Ouro Preto (MG), decretada Patrimônio da Humanidade.

O grupo brasileiro Batucada de Bamba é a atração do *Espaço Cultural*. O trabalho do grupo poderá ser visto no sábado, às 24h, e no domingo, às 21h30.

Reportagens discutem principais projetos

O folclore popular é um dos destaques da TV Senado no próximo fim de semana, em que será apresentado o vídeo *Bois do Maranhão*. A atração trata da brincadeira do bumba-meu-boi, tradição popular do estado com influências indígenas, africanas e portuguesas, que contagia moradores e visitantes de São Luís.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões

- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

LIVROS



Vila Rica, atual Ouro Preto, no início do século 19, em gravura de Thomas Ender

Um inglês viaja pelo Brasil do século 19

MÁRCIO TANCREDI (*)

Sir Richard Francis Burton (1821-1890) foi, a seu modo e no seu tempo, aquilo que se convencionou chamar um caráter renascentista: homem de cultura e homem de ação. Poliglota, traduziu para o inglês as *Arabian Nights*, contos conhecidos entre nós como *As Mil e Uma Noites*, na versão que é, ainda hoje, a referência para as edições anglo-saxãs, bem como *Os Lusíadas* e as antologias orientais do *Jardim Perfumado* e do *Kama Sutra*. Geógrafo, conduziu, em parceria com John Speke, a expedição de 1856/1858 que revelou ao Ocidente a existência dos lagos Tanganica e Vitória, alcançando, nesse último, a resolução do enigma acerca das nascentes do Nilo. Antes, havia mapeado a península arábica, em 1853 – numa audaciosa peregrinação a Meca, sob disfarce, cujo relato o fez famoso –, e a Eritreia, sendo reputado o primeiro europeu a alcançar sua capital. Polêmico e aventureiro, o autor é um ícone da saga britânica.

Burton serviu no Brasil, entre 1865 e 1869, como chefe consular em Santos,

quando empreendeu excursão até as cataratas de Paulo Afonso, na Bahia. A primeira etapa dessa viagem, narrada no volume *The Highlands of Brazil*, foi publicada pela coleção "O Brasil visto por estrangeiros", do Senado Federal, sob o título *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*.

Seu autor é um entusiasta do futuro do Brasil, crença compartilhada com a depositada nas vantagens do progresso científico.

O livro *Viagem* deverá causar, ao leitor contemporâneo, um sentimento misto de familiaridade e de estranheza. Estão lá algumas das paisagens mais íntimas do nosso país: as serras do Mar e da Mantiqueira, com suas imensas riquezas vegetais ainda intactas; as cidades históricas de São João del Rei, Ouro Preto e Sabará, então pouco mais que vilas, acessíveis ao viajante apenas por lombo de mula; e o ouro das Gerais. Não é ainda o Brasil que conhecemos, mas um esboço de possibilidades.

*Márcio Tancredi é consultor legislativo do Senado. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* custa R\$ 20 e pode ser adquirido pelo endereço livros@senado.gov.br ou pelo telefone 0800612211

FEIRA

Chance de conhecer a Belém de 1616

Ensaio *Corográfico sobre a Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, e *Fundação de Belém do Pará – Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco em 1616*, de Ribeiro do Amaral, são dois dos livros que o Senado lança nesta terça-feira (21), às 18h, na VIII Feira Pan-Amazônica do Livro, que começou na sexta-feira, em Belém do Pará. A solenidade de abertura do evento contou com a presença do governador Simão Jatene, do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) e do secretário estadual de Cultura, Paulo Chaves Fernandes. A feira vai até o dia 26 e homenageia o escritor Dalcídio Jurandir.

Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará fala da região e seus habitantes nos anos 30 do século 19. Além de dados geográficos e estatísticos, a obra inclui relações de vegetais com suas descrições e utilizações, animais, aves, peixes, répteis, crustáceos, insetos e moluscos.

O autor analisa os princípios medicinais do guaraná. Também descreve os homens paraenses como de estatura mediana, com olhos e cabelos pretos, pele alva, vigorosa constituição física e rara obesidade. Já as mulheres eram vistas como portadoras de olhos de vivo lume, gesto engraçado, talhe esbelto, pé pequeno e agili-

dade e decência nos movimentos do corpo.

Já o título *Fundação de Belém do Pará – Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco em 1616*, apresentado pelo senador José Sarney, escrito para comemorar o tricentenário da cidade de Belém, conta a saga do militar português Francisco Caldeira de Castelo Branco, chamado para auxiliar Jerônimo de Albuquerque na consolidação da vitória dos portugueses sobre os franceses, em São Luís do Maranhão.

Estande do Senado oferece obras sobre a Região Norte a preço de custo

A publicação reconstrói desde a chegada de Castelo Branco a São Luís, as divergências de temperamento com o comandante das tropas no Maranhão, sua viagem exploratória até a chegada a Belém, sua fundação e posteriores conflitos para implantação e permanência lusa em terras amazônicas. O autor também apresenta um perfil do militar português.

Senado leva documentos raros para Belém
Diversos documentos raros es-

tão sendo expostos pelo Senado em estande na feira. Entre eles, a



Lei Áurea e a mensagem assinada pelo então presidente da República, Campos Sales, submetendo ao Congresso a nomeação de Joaquim Nabuco como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial junto a Sua Majestade Britânica, para tratar dos limites do Brasil com a Guiana Inglesa. O documento data de 19 de abril de 1900.

Várias obras do Conselho Editorial do Senado tratando de assuntos da Região Norte também estão disponíveis, a preço de custo, na feira. Do pensador e pesquisador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis, por exemplo, está sendo comercializado, por R\$ 15, o título *A Amazônia e a Integridade do Brasil*, com 255 páginas. O livro narra o esforço para a integração da Amazônia ao patrimônio territorial e cultural do país.

Conheça o Senado

Site possibilita Tour Virtual pela Casa

O site oficial do Senado Federal oferece opções inusitadas para o navegante que deseja melhorar os conhecimentos acerca do centro de decisões políticas do país. Na opção "O Senado", no lado esquerdo da tela, três tópicos – História, Tour Virtual e Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro – dão uma boa noção do institucional da Casa ao internauta. Apesar de manter um pé nas origens do século 19, o outro pé da Casa no Brasil acompanha as mudanças cibernéticas do século 21.

Em História, o interessado verá

as origens do Senado no mundo, a sua criação no Brasil Império e o histórico da Casa legislativa no Brasil República. Se quiser ir além, poderá clicar nas fotos e ilustrações de importantes

"Um convite à imaginação, às formas novas e belas, capazes de surpreender"

locais, personalidades, charges, jornais, e não só tê-las ampliadas, como também abrirá para outro texto, ainda, explicativo da imagem em questão. Raridades como Rui

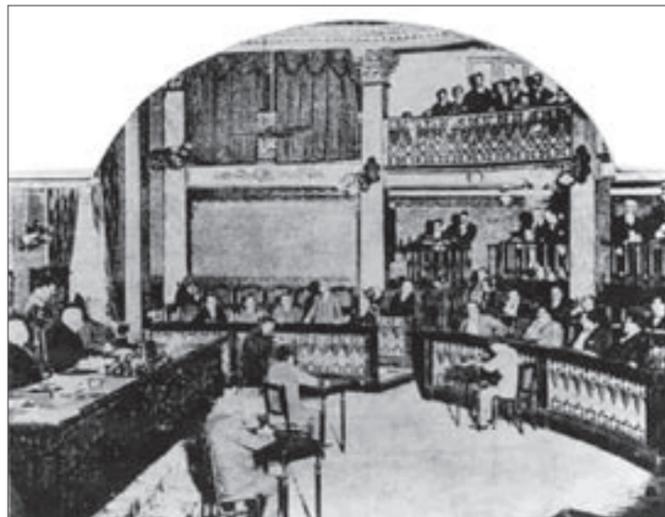
Barbosa fazendo discurso no Plenário do Senado em 1915 estão registradas em fotografia.

Outra atração do site é o Tour Virtual, em que o turista não

precisa sair de casa para contemplar as belezas arquitetônicas do Congresso Nacional. A obra de Oscar Niemeyer é levada diretamente para as telinhas de computador caseiro. Antes, porém, de adentrar, um aviso do próprio Niemeyer sobre o passeio virtual: "(...) um convite à imaginação, às formas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que apresentam de novo e criador".

A inclusão do Museu, com reproduções das obras do acervo, e da Biblioteca no itinerário de navegação do Tour confirma a afirmação do arquiteto.

Antes de sair, vale dar uma passadinha pelos Grandes Momentos do Parlamento Brasi-



Rui Barbosa discursa em pé, de frente para a Mesa Diretora, em sessão do Plenário do Senado em 1915

leiro, onde de cada senador há uma foto, um autógrafo, um perfil e uma citação. Se a pessoa está cansada de ler, ela poderá relaxar e se recostar sobre a cadeira, porque os discursos dos

senadores estão disponíveis em áudio. Basta clicar e ouvir tudo, inclusive a música de fundo.

Site oficial do Senado Federal: www.senado.gov.br

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio L. G. da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do

Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agrotóxicos: muito uso e pouco controle



Hortaliças estão entre os produtos que mais oferecem riscos aos consumidores, pois podem conter resíduos acima do permitido

O uso de agrotóxicos e o seu impacto na saúde e no meio ambiente configuram um problema para o Brasil, o terceiro maior consumidor do produto no mundo.

Também conhecidos como defensivos agrícolas, os agrotóxicos são substâncias químicas utilizadas há décadas para combater pragas e doenças nocivas à produção agropecuária.

Nos seres humanos, esses produtos representam a terceira maior causa de intoxicação no Brasil. Os trabalhadores rurais são as maiores vítimas. Segun-

do o Programa de Vigilância da Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos, da Universidade de Campinas (Unicamp), 1,5 milhão de trabalhadores rurais estão intoxicados no campo. Conforme o estudo, faltam fiscalização e capacitação no emprego desses produtos no campo.

Para o consumidor, o perigo está no prato. Grãos, frutas, verduras e legumes chegam à mesa com resíduos acima do permitido ou com substâncias químicas proibidas pelo Ministério da Agricultura. Os hortifrutigranjeiros são os produtos que mais

oferecem perigo. Um estudo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) revelou que morango, alface, batata, maçã e banana têm resíduos de pesticidas acima do permitido.

No meio ambiente, os agrotóxicos contaminam o solo e a água, e atingem os animais. Os estados que mais consomem o produto são Paraná, São Paulo e Mato Grosso.

Nesta edição do *Especial Cidadania*, recomendações para os trabalhadores ao comprar e aplicar pesticidas e dicas para os consumidores.

Dicas para proteção de trabalhadores rurais e consumidores

Os efeitos dos agrotóxicos no organismo aparecem ao longo do tempo e podem ser fatais. Podem provocar, por exemplo, alergias, dores de cabeça, problemas respiratórios, cânceres, lesões no sistema nervoso central e no fígado, distúrbios sexuais e formação de catarata. Os trabalhadores rurais e os agricultores devem ter atenção redobrada com os pesticidas:

- >> Compre somente o produto recomendado e receitado por um engenheiro agrônomo.
- >> Certifique-se de que o produto foi registrado no Ministério da Agricultura.
- >> Siga sempre as instruções das embalagens e bulas do agrotóxico, e respeite a forma como deve ser manipulado e pulverizado.
- >> Utilize os equipamentos de segurança, como roupas, botas, máscaras e luvas.
- >> Respeite o intervalo de segurança exigido entre a aplicação do agrotóxico e sua venda para consumo.
- >> Não reutilize as embalagens. Devolva-as nos locais credenciados.

- >> Troque a roupa logo após a aplicação do produto e não a lave junto com outras. O agricultor deve evitar o uso de barba, bigode ou cabelo compridos, que aumentam a possibilidade de absorção do produto.

A Anvisa mantém em seu *site* informações sobre o registro dos produtos e recomendações como proceder em caso de intoxicação, que é de notificação compulsória. Em caso de dúvida, procure um médico ou ligue para a central de intoxicações de sua região.

Antes de ir à mesa

Para os consumidores, a presença de agrotóxicos não é verificada visualmente nos alimentos. Por isso, é importante tomar alguns cuidados:

- >> Procure saber a origem dos produtos. Os alimentos orgânicos certificados não levam agrotóxicos.
- >> Prefira as frutas e verduras da época e as produzidas na região de consumo.
- >> Lave bem as frutas e verduras em água corrente.

- >> Descasque sempre as frutas e verduras para que os resíduos presentes na casca sejam eliminados.

- >> Retire as folhas externas das verduras porque, em geral, elas concentram mais agrotóxicos.

- >> Lavar e descascar os alimentos ou deixá-los de molho na água com vinagre, bicarbonato de sódio ou água sanitária não garante a eliminação total dos resíduos de agrotóxicos nos alimentos. Essas medidas ajudam a eliminar impurezas e bactérias.

A intoxicação humana por dieta alimentar é de difícil diagnóstico, sendo necessário exame específico de sangue. Segundo os médicos, os agrotóxicos impedem a absorção de vitaminas e minerais pelo organismo e impossibilitam a produção de hormônios como a serotonina, melatonina e dopamina. Eles também podem provocar alergias e dores de cabeça.



Roupas apropriadas, máscara e luvas são essenciais para a proteção do aplicador

Pesquisa de resíduos

Cabe à Anvisa a tarefa de avaliar os resíduos toxicológicos dos alimentos. Em 2002, a agência implantou o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), que analisa, atualmente, nove produtos em 13 estados. Abaixo, os resultados verificados em 2002 e 2003:

2002		2003
46%	Morango	54,44%
19,5%	Mamão	37,36%
8,6%	Alface	6,67%
22,2%	Batata	8,64%
4%	Maçã	3,66%
6,5%	Banana	2,22%
26,1%	Tomate	0%
0%	Laranja	1,4%
0%	Cenoura	0%

Legislação para venda e uso dos produtos

As regras sobre uso, comercialização, produção, transporte, armazenamento, propaganda e destino final dos resíduos e das embalagens de agrotóxicos – assim como a fiscalização desses produtos – estão definidas pelas Leis 7.802/89 e 9.974/00, e pelo Decreto 4.074/02.

Conforme a legislação, todo produto deve ser registrado no Ministério da Agricultura e avaliado ambiental e toxicologicamente pelos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente. O controle sobre uso, comércio, transporte, armazenamento e destinação das embalagens está a cargo dos órgãos estaduais, como as secretarias do meio ambiente. Os órgãos federais são responsáveis pela produção, importação e exportação dos agrotóxicos.

A devolução das embalagens

vazias e tampas dos produtos deve ser feita no prazo de até um ano, contando da data de compra, ou em até seis meses do término da validade do produto. O endereço para devolução deve constar da nota fiscal. Na entrega das embalagens, os usuários recebem um comprovante, que poderá ser solicitado pela fiscalização. Os pontos de coleta e destino final das embalagens são de responsabilidade dos revendedores e dos fabricantes.

A legislação prevê multas e sanções civis, penais e criminais aos usuários, comerciantes, fabricantes e produtores que não respeitarem as normas.

Projetos em tramitação no Congresso

Na Câmara, tramita o Projeto 203/91, do ex-senador Lúcio Al-

cântara, que condensa cerca de 70 proposições para instituir a política nacional de resíduos sólidos. Também aguarda exame a proposta do então senador Blairo Maggi, que prevê registro prévio do princípio ativo do agrotóxico (PL 526/99).

Do deputado Fernando Ferro (PT-PE) são os PLCs 2.250/96 e 2.336/96, que exigem a presença de responsável técnico nos estabelecimentos de venda de agrotóxicos e determinam a obrigatoriedade de exames para trabalhadores expostos a pesticidas. Do deputado Roberto Pessoa (PFL-CE) é o PLC 3.636/97, que prevê a realização de exames laboratoriais nos produtos agropecuários nacionais e importados. Já proposta (PLC 3.986/00) do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) obriga a notificação compulsória dos casos de intoxicação.



Uso de agrotóxicos nas plantações está sob fiscalização e controle dos órgãos estaduais

Informações

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Tel.: (61) 218-2828
Atend. ao agricultor: 0800-61 1995
www.agricultura.gov.br

Ministério do Meio Ambiente
Tel.: (61) 317-1000
www.mma.gov.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Tel.: (61) 448-1000
www.anvisa.gov.br

Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas
Tel.: (61) 448-1082 e 448-1099
www.anvisa.gov.br

Centros regionais de intoxicações
Tels.: 0800 780-200; 0800 410-148; 0800 148-110; 0800 284-4343; 0800 643-5252; 0800 771-3733.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Linha verde: 0800-61-8080
www.ibama.gov.br

Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev)
Tel.: (11) 3069-4400
www.inpev.org.br

Instituto Biodinâmico
Tel.: (11) 3069-4400
www.ibd.com.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
Tel.: (14) 3882-5066
www.idec.org.br

Associação de Agricultura Orgânica
Tel.: (11) 3875-2625
www.aao.org.br

Instituto de Economia Agrícola
Tel.: (11) 5073-0244
www.iea.sp.gov.br

Planeta orgânico
www.planetaorganico.com.br